



DIÁRIO da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE MAIO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mo} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Calo Roque

José Mário Lemos Damião

Alberto Monteiro de Araújo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 45 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa de vários diplomas, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

O Sr. Deputado José Lello (PS) abordou questões relativas à redução do tempo de serviço militar obrigatório.

O Sr. Deputado Macário Correia (PSD), a propósito das comemorações do Dia Mundial sem Tabaco, referiu-se à necessidade de alterar hábitos de vida dos Portugueses. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados António Correia de Campos (PS) e Isabel Castro (Os Verdes).

O Sr. Deputado Vitor Ranita (PCP) condenou a política económica e social do Governo.

O Sr. Deputado Casimiro Tavares (PSD) congratulou-se pelo desenvolvimento rodoviário do distrito de Aveiro.

Ordem do dia. — Foram aprovados os n.º 52 a 57 do Diário.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 26/VI — Estabelece normas relativas ao sistema de propinas e do projecto de resolução n.º 28/VI — Estabelece condições para a melhoria de qualidade do ensino superior e acção social escolar (PS). Intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro da Educação (Couto dos Santos), os Srs. Deputados Ana Maria Bettencourt, Eurico Figueiredo e Ferro Rodrigues (PS), Raul Castro (Indep.), Guilherme Oliveira Martins e Fernando de Sousa (PS), Octávio Teixeira (PCP), Julieta Sampaio (PS), António Filipe (PCP), Manuel Queiró (CDS), Jaime Gama (PS), Carlos Coelho (PSD), Adriano Moreira (CDS), Mário Tomé (Indep.), Pedro Roseta (PSD), Manuel Sérgio (PSN), Pedro Passos Coelho (PSD) e António José Seguro (PS).

A Câmara aprovou ainda o projecto de deliberação n.º 26/VI — Realização de um debate sobre as grandes linhas da reforma da política agrícola comum (PAC) (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Absílio Sousa e Silva.
Adérito Soares Campos.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António Paulo Coelho.
António Santos Pires Afonso.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Elói Franklin Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Fernando Santos Pereira.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Bernardino Silva.
Francisco José Martins.
Guido Orlando Rodrigues.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.

Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Borregana Meireles.
José Coelho dos Reis.
José Freitas Costa Leite.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Simões Marques.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Pereira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria José Barbosa Correia.
Maria Leonor Beleza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Mário Belo Maciel.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Chancerelle de Machete.
Rui Fernando da Silva Rio.
Simão José Ricon Peres.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernandes Costa.
Alberto de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
Alberto Manuel Avelino.
Ana Maria Bettencourt.
Antero Gaspar Paiva Vieira.
António Alves Martinho.
António Correia de Campos.
António Crisóstomo Teixeira.
António da Silva Braga.
António de Almeida Santos.
António Domingues Azevedo.

António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damão.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Menezes Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Eduardo dos Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Manuel da Silva Lemos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rosa Maria Albernaz.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia.
 Luís Carlos Martins.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vítor Manuel Ranita.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.

José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):
 André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):
 Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:
 Mário Baptista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas, os requerimentos e as respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: os projectos de resolução n.º 28/VI — Estabelece condições para a melhoria da qualidade do ensino superior e acção social escolar (PS), 29/VI — Assunção de poderes de revisão constitucional pela Assembleia da República (CDS) e 30/VI — A Assembleia da República assuma de imediato poderes constituintes, a fim de proceder a uma revisão extraordinária da Constituição (PSD); as ratificações n.º 21/VI — Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de Maio, que transforma a empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT) em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (PS) e 22/VI — Decreto-Lei n.º 88/92, de 14 de Maio, que cria a CN — Comunicações Nacionais, SGPS, S. A. (PS), e o projecto de deliberação n.º 26/VI — Realização de um debate sobre as grandes linhas da reforma da política agrícola comum (PSD).

Nas últimas reuniões plenárias, foram apresentados na Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério da Indústria e Energia, formulados pelos Srs. Deputados Macário Correia, Mário Tomé e Apolónia Teixeira; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Cerqueira de Oliveira, Raul Castro, Apolónia Teixeira, Virgílio Carneiro e José Apolinário; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Sérgio e António Correia de Campos; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Vítor Ranita; ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Fialho Anastácio e Laurentino Dias; ao Ministério do Planeamento e da Administração do Território, formulados pelos Srs. Deputados João Poças Santos, João Oliveira Martins e Leonor Coutinho; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Jorge Paulo Cunha, Leonor Coutinho, Luís Peixoto e José Leitão; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados Luís Peixoto e José Apolinário; ao Ministério da Justiça, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; à Procuradoria-Geral da República, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário, e à Câmara Municipal de Loures, formulados pelo Sr. Deputado Macário Correia.

Entretanto, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Lino de Car-

valho, na sessão de 23 de Janeiro; António Filipe, nas sessões de 31 de Janeiro e de 7 de Abril; Luís Sá, na sessão de 12 de Fevereiro; Agostinho Lopes, na sessão de 27 de Fevereiro; José Apolinário, na sessão de 2 de Abril, e Cerqueira de Oliveira, na sessão de 9 de Abril.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como é do conhecimento de VV. Ex.^{as}, encontra-se em visita oficial ao nosso país, a convite da Assembleia da República, a Sr.^a Presidente do Bundestag, que hoje de manhã teve um encontro com o Sr. Presidente da Assembleia da República, com os representantes dos grupos parlamentares e com os presidentes das comissões parlamentares mais representativas das relações externas de Portugal.

S. Ex.^a quis assistir a uma sessão do Plenário e, em nome da Assembleia da República, dirijo-me a V. Ex.^a e exprimo, mais uma vez e publicamente, o redobrado prazer com que a recebemos na nossa Casa.

Seja bem-vinda, Sr.^a Presidente, Rita Süssmuth!

Aplausos gerais, de pé.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As questões da defesa nacional sempre foram tratadas pelo PS com elevada dignidade institucional e um acentuado sentido de responsabilidade.

É por isso natural que o PS entenda, como aliás sempre entendeu, que a defesa nacional, não sendo propriamente o envolvimento mais ajustado a disputas e frondas político-partidárias, muito menos o será, também, para a prossecução de quaisquer estratégias de tipo eleitoralista.

Infelizmente, mau grado os indícios claros de que se pretendem desenvolver reformas importantes no tocante à modernização, estruturação e reorganização da defesa nacional, o que se sublinha como positivo, tanto mais quanto o partido governamental detém a respectiva pasta desde 1983 sem resultados visíveis nesse sentido, sublinhe-se o facto de que o Sr. Ministro, a dado passo, não iria ceder a tal tentação.

Vejamos: na decorrência da aprovação da Lei n.º 22/91, de 19 de Junho, foi instituído um novo conceito de prestação de obrigações militares pelos jovens.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tal diploma, mantendo o serviço de conscrição, criou simultaneamente o serviço efectivo nos regimes de voluntariado e de contratação. Todavia, para além da abertura a novos horizontes de prestação de serviço militar, onde a lei particularmente inova, é no que concerne à duração do serviço militar obrigatório a que estão potencialmente sujeitos todos os cidadãos maiores de 18 anos.

Ora, af se centraria a pedra de toque do discurso governamental subsequente. Um discurso obsessivamente focalizado em torno de uma envolvente apelativa aos jovens, aos quais a extensão, a complexidade e o nível de formação hoje exigíveis por sociedades modernas que se revêem, cada vez mais, em inapeláveis esquemas de selectividade e competição, tendem naturalmente a irrelevar a emulação e a vocação para a carreira e vida militares. Daí, o enfoque expresso na promessa de redução do tempo de duração do serviço militar obrigatório para apenas quatro meses, a ser levada à prática em relação aos mancebos incorporados durante 1993.

A redução do tempo de duração do serviço militar obrigatório emergia, assim, como uma perspectiva extremamente atraente para a maioria dos jovens, para os quais o mesmo se recorta, porventura, menos como um dever de cidadania e mais como um inconveniente, um contratempo e um hiato num período determinante para as suas vidas profissionais ainda incipientes.

Tal intercadência, no inicio da profissionalização e da sequência das carreiras académicas, essa interpolação de cursos, estágios e promoções no seio de empresas, tenderá a suscitar inevitável sentimento de impopularidade, senão no âmbito da opinião pública, por maioria de razão, no seio do eleitorado jovem.

Neste enquadramento, tão potencialmente favorável, o Ministro Fernando Nogueira não se coibiria de propalar, glosar e espargir a sua melhor isca eleitoral: a redução da tropa para quatro meses!

O Sr. António Braga (PS): — É verdade, é verdade!

O Orador: — Ao mesmo tempo, empolgado pela súbita e positiva evolução estratégica que, entretanto, emergia do imobilismo da guerra fria, o Ministro Nogueira iria aproveitar essa boleia para intentar aligeirar o sistema de forças, reduzindo ao dispositivo, minguando efectivos e racionalizando estruturas e dispêndios. Af, ávido no protagonismo, avançou a todo o gás ao jeito de quem viaja primeiro e paga depois, o que vale por dizer, reestrutura, redimensiona e reequipa primeiro, para conceptualizar depois.

Assim, foram-se paulatinamente definindo os horizontes terminais do edifício conceptual da defesa nacional, antes mesmo de se arquitectarem os seus princípios, ou seja, antes de se ter procedido à revisão do conceito de defesa nacional.

Enfim, na decorrência da projecção de um serviço militar de conscrição para quatro meses haveria que, em ordem a garantir a adequada estabilidade da componente operacional do sistema de forças, definir o nível de efectivos a captar pela via do recrutamento de voluntários e de contratados. Tal iria acontecer, estabelecendo-se, assim, uma previsão específica, com vista a serem alistados, neste âmbito, cerca de 8800 militares durante o ano em curso.

No entanto, o recrutamento militar, tendo em vista manterem-se a consistência e a invariabilidade no concernente aos níveis de incorporação anual, pressupõe uma programação atempada e rigorosa. Daí se impusesse, para se atingirem as metas globais previstas, o estrito cumprimento dos quantitativos de recrutamento de voluntários e de contratados programados.

Ora, até ao momento, foram minguados os incentivos específicos promovidos com o fim de suscitem acréscida apetência pela carreira militar aos potenciais candidatos à profissionalização e à permanência nas fileiras. Por outro lado, até ao momento, as campanhas de sedução já desenhadas, mesmo tendo em conta a inexistência do enquadramento legal de incentivos previstos, tinham-se saldado por um rotundo fracasso, na medida em que, do que se sabe, terão respondido positivamente apenas cerca de 200 e poucos voluntários, dos quais 150 do sexo feminino, e uns 1200 contratados.

Tais resultados, para além da mitigada apetência evidenciada pelos jovens pela carreira das armas, indicariam, porventura, a impossibilidade real de se poder chegar aos valores de recrutamento previstos em ordem a atingirem-se os níveis de efectivos necessários ao global preenchimento da componente operacional das nossas forças armadas.

Ora, a ter lugar, isso irá ter sérias implicações no quotidiano de muitos jovens, a começar precisamente por todos aqueles a quem optimisticamente se dirigiu o Sr. Ministro Nogueira, em plena campanha eleitoral, prometendo-lhes o serviço militar de quatro meses já para o próximo ano de 1993.

É que, no calor do empolgamento eleitoralista, o Sr. Ministro não foi tão pródigo a publicitar o artigo 27.º sobre a duração do serviço efectivo, como o seria em relação a outros da sua lei de alteração à que já havia. Na verdade, poder-se-á mesmo concluir que se tentou tudo para que o mesmo passasse despercebido.

Ora, perante as perspectivas que se divisam, percebe-se agora bem porquê. Com efeito, segundo o mencionado no n.º 4 do referido artigo, sempre que a satisfação das necessidades das Forças Armadas não seja suficientemente assegurada pelo conjunto de regimes previstos, designadamente no n.º 2 do artigo 4.º, o Ministro da Defesa Nacional poderá, «a título excepcional, determinar, mediante portaria, a extensão do período de serviço efectivo normal previsto no n.º 1» — do mesmo artigo — «até ao limite máximo de 8 meses, se prestado no Exército ou de 12 meses, se prestado na Marinha ou na Força Aérea».

Ora, a hipótese do alargamento do tempo de serviço militar nas fileiras para 8 e 12 meses está já explícita, com acentuado grau de probabilidade, em diploma, objecto de apreciação no Conselho de Ministros do dia 14 de Maio passado, onde se definiram com precisão os valores salariais a serem pagos durante o período de extensão do serviço efectivo normal.

Em face da eventualidade que se perfila, será lícito exigir agora que o Ministro da Defesa Nacional, sempre tão célebre a propalar as boas novas, venha, em tempo útil, explicar ao País e, em especial, aos jovens mancebos a incorporar em 1993, se sim ou não, eles irão cumprir os prometidos quatro meses de tropa, ou, pelo contrário, pela via de discricionária portaria ministerial, irão exactamente permanecer o dobro do tempo nas fileiras, ou seja, durante oito meses, frustrados nas suas expectativas, enquanto vão ocupando o vazio não preenchido por desestimulados candidatos ao voluntariado e à carreira militar.

O País requer a verdade da parte do Sr. Ministro Fernando Nogueira! Apenas e só a verdade!

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Qual foi a intenção, porque não percebi nada?!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos no mês de Maio, ocasião para falar do coração, da prevenção das doenças cardíio-vasculares e da higiene na manipulação de alimentos.

Mês de Maio, de Maria, das flores e do coração. E o coração comanda a vida e continua mesmo a bater depois da morte cerebral.

O Sr. António José Seguro (PS): — Está a fazer um discurso à esquerda!

O Orador: — Mas o coração e as doenças cardíio-vasculares em geral constituem hoje uma grande preocupação

dos médicos, dos profissionais de saúde em geral e de todos os que têm responsabilidades políticas, entre os quais nos incluímos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Segundo os principais especialistas das associações médicas de cardiologia, em cada 10 portugueses, com idade entre os 25 e os 64 anos, dois têm o colesterol francamente elevado e 6 acima dos valores recomendados. No mesmo escalão etário, 2 têm hipertensão arterial e 4 têm níveis acima dos valores recomendados; 2 têm obesidade e 4 têm peso acima daquilo que seria aconselhável. Referem também os mesmos especialistas que, infelizmente, 3 portugueses em cada 10 ainda fumam. Como resultado, em cada cinco minutos morre uma pessoa em Portugal por doença cardíio-vascular.

São estas algumas das razões pelas quais este ano, em Portugal, se vão gastar cerca de 500 milhões de contos, sobretudo no tratamento de doentes, pouco ainda na prevenção das doenças em si.

Este volume de despesa pública com o Serviço Nacional de Saúde é aqui, neste Parlamento, motivo de discussão acesa, tal como em quase todos os países onde as soluções perfeitas ainda não foram encontradas. Mas se os partidos têm perspectivas diferentes para as soluções e para as consequências, talvez possam não divergir tanto em relação às causas.

Talvez possamos todos acordar na necessidade de melhorar a educação alimentar dos Portugueses, combater o alcoolismo e o tabagismo, promover o exercício físico ou outras iniciativas neste sentido.

Não comprehendo ainda qual a razão que leva a que muitos colegas Deputados fumem nas reuniões das comissões parlamentares, atentando objectivamente contra a sua própria saúde e a dos outros, que são obrigados a inalar fumo sujo, ar poluído, contra a sua vontade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como poderemos ser credíveis nas nossas mensagens cívicas se nos pequenos gestos do quotidiano procedermos completamente ao contrário?

Quando um político exibe, em fotografias para os jornais ou em entrevistas televisivas, a sua própria toxicodependência, perde a moral para falar sobre droga ou outras situações de dependência.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Está a atacar o Presidente Collor?

O Orador: — Os jovens e os eleitores em geral, quando olham os dirigentes políticos, querem ver neles bons exemplos, exemplos a seguir naturalmente.

Mas porque no próximo domingo, dia 31 de Maio, se comemora o Dia Mundial sem Fumo, constituiria um acto coerente da Assembleia da República acabar com o tabaco em todas as reuniões e locais públicos do Palácio de São Bento.

Aplausos do PSD, do PS e do PSN.

Os que persistirem, espalhando nicotina e outras substâncias tóxicas pelos espaços deste Palácio, são responsáveis, segundo estatísticas credíveis, por quatro mortes durante a Legislatura.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Mas não mais do que isso!

O Orador: — Numa população média de 1000 pessoas que diariamente aqui se encontra consomem-se cerca de 6000 cigarros por dia, em que cerca de 300 pessoas bafejam veneno para dentro dos pulmões de outras 700, que querem ser saudáveis e têm direito a isso.

Aplausos do PSD e do PSN.

Mas ainda que os vícios tabágicos não estejam em expansão, outros factores de risco para as doenças cardio-vasculares merecem consideração e destaque. O regime alimentar dos Portugueses tem vindo a afastar-se do seu padrão mediterrânico, na medida em que os vegetais, os legumes, os secos em particular, o azeite e o peixe têm sido substituídos por produtos artificiais com diversas transformações industriais e com abundância de gorduras de péssima composição.

O stress, sobretudo nas zonas urbanas, onde circular e viver é cada vez mais difícil, como acontece em Lisboa, no Porto e noutras cidades, representa uma preocupação para o coração. Por outro lado, o envelhecimento da população aumenta naturalmente os riscos de doença.

Mas tanto para os técnicos de saúde como para nós, políticos, os próximos anos, tudo o indica, serão anos de grande preocupação com a incidência das doenças cardio-vasculares.

Foi isso que foi dito e demonstrado na passada semana, aqui ao lado, na Sala do Senado, em sessão promovida pela Comissão Parlamentar de Saúde e pela Fundação Portuguesa de Cardiologia, à qual, infelizmente, muitos, pelos vistos, não puderam comparecer. Na circunstância, muitas dezenas de funcionários e de Deputados puderam efectuar também medições da tensão arterial e de colesterol e os resultados desse rastreio não são de modo nenhum animadores.

Mas em tudo mais vale prevenir do que remediar!

Neste período de Verão, em particular, com as férias que se aproximam, com mais turismo e viagens, o consumo de alimentos comprados em restaurantes, pastelarias, bares, vendedores ambulantes e outros sobe consideravelmente. A composição e a higiene desses alimentos não pode deixar de nos preocupar.

A manipulação de alimentos não pode deixar de constituir uma preocupação permanente dos consumidores em geral e dos responsáveis pela saúde pública e pela defesa do consumidor, em particular.

Estima-se que cerca de 200 a 300 000 profissionais, manipulam diariamente alimentos em Portugal. São os profissionais das indústrias alimentares, da embalagem, da distribuição, do comércio, da restauração, e esses, além de outros, estão permanentemente a mexer em alimentos que outros consomem. Em algumas zonas do País, sobretudo nas rurais, chega a existir um estabelecimento com manipulação de alimentos por cada 60 à 70 portugueses. São as pequenas tascas, tabernas, mercearias e outros estabelecimentos.

De entre este largo universo de pessoas que mexem nos alimentos que os outros comem, alguns certamente não terão todos os cuidados sanitários e higiénicos adequados.

Concordamos, numa perspectiva de reforma administrativa e de desburocratização, com a abolição do cartão de sanidade dos comerciantes, medida efectuada há quatro anos. Mas ainda não se terá encontrado a solução perfeita na sequência desse caso.

Mas mais do que o estado de saúde dos que manipulam alimentos, importa também promover a informação e a formação mínima dos que confeccionam e servem refeições.

Hoje, muitos de nós ingerimos, em cada ano, ou em cada mês, metade ou mais de metade dos alimentos fora da nossa própria habitação. Almoçamos sempre fora, às vezes jantamos também e, no entretanto, de manhã e à tarde, consumimos complementos nutritivos adquiridos na ocasião em qualquer balcão. Quanto do nosso colesterol e quanta da nossa hipertensão nos foi administrada nesses fritos, nesses óleos, nessas gorduras e no álcool que nos servem com qualidade, quantidade e combinação, por vezes, menos adequada?

Quantos empregados da indústria hoteleira e similares têm conhecimentos adequados sobre a composição calórica de uma refeição e o modo de servir os alimentos no interesse da saúde dos clientes?

Fica aqui o desafio, aos centros de saúde, aos profissionais da saúde em geral, às regiões de turismo, às associações empresariais de hotelaria, restauração e similares e aos respectivos sindicatos.

A atribuição de um cartão de manipulador de alimentos àqueles que por conhecimentos demonstrados o mereçam pode até ser feita por entidades não estatais. Haverá que multiplicar acções de formação profissional nesta área.

Queremos ser um país de qualidade e devemos sê-lo a todos os níveis, naturalmente, mas não podemos apenas fazer o discurso simplista de que tudo cabe ao Governo. Cabe também a muitos outros agentes e a nós próprios também.

A higiene dos estabelecimentos comerciais, nos seus sanitários e nos locais de refeições, bem como o modo de servir e manipular alimentos constituem responsabilidade dos profissionais em primeiro lugar.

Ainda que todos apoiemos as iniciativas dos funcionários da inspecção económica e dos técnicos sanitários que em nome do Estado devem fiscalizar, cabe sobretudo aos fiscalizados e às suas associações a promoção da qualidade. E aos consumidores cabe chamar mais vezes a atenção e, se necessário, também pedir o livre de reclamações.

Temos muitos e bons estabelecimentos exemplares para um turismo saudável e de qualidade, mas queremos ter mais. Não queremos que esses estabelecimentos agravem a saúde dos Portugueses.

O coração sofre quando a boca se excede e o cérebro se distrai. Mas depois quem mais sofre, depois de nós, é a nossa família e a despesa pública.

Vamos dar mais e melhores exemplos. Mais saúde e menos doença! Não depende só do Governo, também depende de nós e de outros agentes políticos e económicos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Campos.

O Sr. Correia de Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Macário Correia, as minhas primeiras palavras são para o felicitar pela oportunidade da sua intervenção, pelos temas e pela importância nacional das questões que levantou. Todavia, tenho fundadas reservas quanto à redução dos riscos mais graves de saúde, neste caso as doenças cardio-vasculares, provocados pelo hábito de fumar. Se bem que, provavelmente, estejamos todos de acordo quanto à

importância política, social e económica individual dessas medidas, tenho a impressão de que o mesmo não acontece acerca dos modos de conseguir esses objectivos.

Digo isto porque, ao observar o que se passa no mundo e na relação intergeracional em Portugal, e lamento não ter dados para apresentar, verifico que em algumas das gerações mais jovens, mais informadas, mais educadas, com mais acesso à informação em geral e até ao dinheiro, há lamentavelmente uma regressão, penso eu, da restrição de fumar que estava a esboçar-se há 10 anos atrás. E esta situação é, a meu ver, preocupante.

Neste sentido, gostaria de saber se entende que a regressão do hábito de fumar nas classes mais jovens e mais instruídas está a verificar-se, se tem informações diferentes das minhas que permitam confirmar isso e se ela não terá a ver, de algum modo, com a forma como foi feita a campanha antifumo nos últimos anos em Portugal. E explico o meu comentário.

Em minha opinião, há matérias, que têm a ver com o comportamento e os hábitos de vida, onde há duas estratégias completamente diferentes e provavelmente opostas: uma é a estratégia compulsiva, a estratégia puritana, de dizer «eu sou o iluminado, façam como eu. Não fumem, porque fumar é terrível»; a outra, é a estratégia de fazer sentir aos destinatários esta mensagem sem ter de ser explícito, compulsivo e puritano na sua transmissão.

Gostaria, portanto, de ter o seu comentário, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Então, não fumar é puritano!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Macário Correia, há ainda outros pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. Macário Correia (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Macário Correia, começo por comentar a intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, que, penso, versa uma questão extremamente importante.

A atitude extremamente intolerante de quem normalmente chama a atenção para os malefícios do tabaco não é, com certeza, a forma mais inteligente de alterar uma atitude cultural, neste caso a prática do tabaco em Portugal. De qualquer modo, vou colocar-lhe duas questões, não só por o Sr. Deputado se mostrar extremamente preocupado com os problemas das doenças associadas ao consumo do tabaco, mas também por, em minha opinião, esta ser uma questão pertinente.

O Sr. Deputado mostra-se preocupado com o fumo do tabaco, mas não está também preocupado com o fumo das celuloses? Apesar de em Portugal não haver ainda um conhecimento científico suficientemente aprofundado sobre os efeitos do fumo das celuloses na saúde, na degradação ambiental, o facto é que ele tem reflexos na saúde, pelo que estranho que o Sr. Deputado, que teve uma experiência, enquanto poder, nesta matéria, não tenha levantado essa questão. Queria, portanto, o seu comentário sobre isto.

Há, no entanto, um outro aspecto associado à doença e à degradação ambiental, que é pobreza, e, em minha opinião, seria importante o Sr. Deputado referir qualquer coisa sobre isto, uma vez que, em 10 milhões, 2,5 milhões de portugueses são pobres. Como calcula, a pobreza está ligada à doença e o Sr. Deputado referiu apenas incorrecções nos hábitos alimentares pela via do excesso e não pela via da escassez. Assim, gostaria de ouvir da sua parte um comentário sobre este aspecto.

Ainda em relação aos alimentos que consumimos, porque o Sr. Deputado não fez referência aos pesticidas, ao cada vez maior número de produtos hortícolas e frutícolas que invadem os nossos mercados provenientes da Comunidade, onde, segundo penso, não há qualquer controlo por parte das entidades fiscalizadoras, que é quem têm de intervir nessa área e não apenas as associações de consumidores, até porque não têm meios nem laboratórios que permitam fazê-lo, gostaria que o Sr. Deputado fizesse um comentário.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também me congratulo com as observações e comentários que fizeram, o que prova o interesse que naturalmente têm as respectivas bancadas nestas questões, que certamente nos pode unir em vez de nos dividir.

Em relação à primeira questão, que se prende com os comportamentos recentes de uma geração, em particular quanto às questões do tabaco, a informação disponível, do ponto de vista estatístico, é clara e aponta no seguinte sentido: a nível mundial e europeu, quer a produção quer o consumo do tabaco estão em regressão desde há três anos a esta parte. Todavia, há três países europeus onde se verifica uma situação de estabilização ou com ligeiros acréscimos, porventura mais motivados por comércio exterior do que por consumo em território nacional, que é o caso de Portugal, da Grécia e de Espanha.

Por outro lado, tem havido uma correlação clara entre as campanhas antitabágicas em alguns países, nos nórdicos em particular, e o consumo de tabaco, por forma a conseguir-se, em cerca de 8 a 10 anos, reduções de 15 % a 20 %, em alguns casos, o que me parece, claramente, um bom resultado.

Em Portugal, a estratégia seguida pelo Conselho de Prevenção do Tabagismo, que existe de há uns anos a esta parte, tem sido a de apostar na tolerância, na compreensão e no civismo das pessoas, porque há uma realidade chocante, que vale a pena referir aqui, neste lugar. De facto, em Portugal há uma hipocrisia de números, que não me canso de repetir, uma vez que com o consumo de tabaco, que leva à morte 10 000 portugueses em cada ano, o Estado arrecada 130 milhões de contos, dinheiro que financia todo o programa de obras públicas a nível de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e mesmo de hospitais. Porém, preferia que estes números fossem outros e que a nossa contabilidade pública pudesse contar com outros indicadores que não estes.

Em relação aos jovens, estou perfeitamente convencido de que as campanhas têm tido sucesso e o facto de haver hoje em dia, em Portugal, dezenas de associações de jovens, desde o ensino secundário, motivadas nessas campanhas têm dado bons resultados. Penso que a ideia que devemos ter é a da tolerância, a de uma estratégia cívica e persuasiva.

Todavia, há também que ter em conta que, por vezes, aqueles que se referem à intolerância de outros têm um comportamento, porventura, hipócrita. Não faz grande sentido, em entrevistas públicas, de um certo destaque é com uma certa audiência, ver-se alguém exibir os seus próprios vícios, de uma forma ostensiva, quando por vezes apregoam um certo moralismo em relação a outros aspectos. Há que ter em conta também a coerência em relação a esses aspectos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, importa referir que existe claramente um *lobby* nacional e europeu, cujo negócio e riqueza são suportados por aquilo que leva à morte dos outros, e é por essa razão que, desde há uns anos a esta parte, foi *n* vezes à mesa do Conselho de Ministros da Saúde a nível europeu uma directiva que proíbe a publicidade do tabaco. E aquilo que em Portugal, como em outros países, se conseguiu em termos de avanço nessa matéria é hoje contestado por alguns cabecilhos desses *lobbies* e tem havido as mais diversas manifestações, quer em Estrasburgo, quer em Bruxelas, para conseguirem matar mais gente, ganhar mais dinheiro com isso, contra a saúde dos outros. Isso é intolerável e espero bem que os três ou quatro países que ainda persistem nessa posição a possam rever rapidamente.

Sr.^a Deputada Isabel Castro, a minha preocupação é com o fumo das celuloses, como demonstrei claramente noutras ocasiões, com o fumo do tabaco, com o fumo de várias indústrias e com outras fontes de poluição e de degradação da qualidade de vida dos Portugueses. Porém, hoje, porque estamos em Maio, no mês do coração, e próximos do Dia Mundial sem Tabaco, quis fazer aqui esta referência. Podia, naturalmente, ter feito referências a outras matérias, mas compreenderá que, no tempo que me estava confiado e no contexto em que o fiz, referi o que me pareceu mais relevante e importante.

Compreendo que existam em Portugal portugueses com problemas de deficiências alimentares. Por vezes, com o mesmo nível de despesa, a sua alimentação podia ter uma composição calórica e energética diferente. Não o fazem certamente por falta de conhecimento, de informação e de educação alimentar, o que nos cabe também a nós promover e incentivar. É esse o meu espírito, pois preocupo-me com uns e com outros, naturalmente, com aqueles que gastam dinheiro e que depois têm de gastar duplamente com as doenças que por causa disso adquirem, como a obesidade, e com aqueles outros que, tendo por vezes pouco, o gastam naquilo que pensam ser o melhor mas que por vezes não é.

Nós, políticos, não temos a responsabilidade apenas de dizer que o «rei vai nu», que os outros fazem mal, temos de ter também a responsabilidade moral de dizer que podemos fazer melhor, que temos um contributo a dar e é esse o sentido da minha intervenção.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ranita.

O Sr. Vítor Ranita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em representação do grupo parlamentar do meu partido — e no escasso tempo que levo de exercício do mandato — tive oportunidade de viver directamente alguns sérios problemas sociais e de contactar com graves situações de âmbito local, que importa trazer ao Plenário da Assembleia da República.

São problemas e situações para as quais temos vindo a chamar sistematicamente a vossa atenção. Problemas e situações que têm dado origem a algumas iniciativas parlamentares do PCP e que fundamentam críticas e propostas da nossa bancada. São problemas e situações, afinal, que sublinham a contradição que se estabelece entre a propaganda exaustivamente repetida da política de sucesso do governo PSD e a realidade em que vive grande parte da população.

Estávamos em Bragança quando os trabalhadores do Complexo Agro-Industrial do Cachão reclamavam, na rua, que fosse viabilizada e modernizada esta estrutura indispensável ao desenvolvimento agrícola do Nordeste. Exigiam que o Governo assumisse a responsabilidade da desastrosa gestão por si tutelada. Lutavam contra a ameaça de nova e substancial redução dos postos de trabalho.

Em Vila Real, ouvimos as trabalhadoras da fábrica de confecções EUROVIR, vítimas de uma administração que, depois de obter apoios do Estado e subsídios comunitários, usava a prepotência contra a legítima reclamação de salários em atraso e dos direitos estabelecidos na lei e no contrato colectivo.

Em Jales, encontrámos os mineiros apreensivos quanto ao futuro da única mina de ouro em exploração no País, cuja maioria, em paga de uma actividade das mais penosas, desgastantes e perigosas, auferia um salário idêntico ao salário mínimo nacional.

Nessa região, ainda, deram-nos conta do muito publicitado programa de luta contra a pobreza, do qual, em concreto, apenas têm resultado notícias de reuniões e reuniões, em cima de mais reuniões, aliás, de acordo com a escassa dotação orçamental que lhe foi atribuída.

Mais adiante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nas Pedras Salgadas, ouvimos os autarcas da freguesia manifestarem-se contra as habilidades usadas pelo Grupo Vidago para obter os apoios políticos e financeiros que lhes permitem continuar a sobreexploração das afamadas águas locais, enquanto mantém por cumprir os compromissos de recuperação da estância termal — legítima aspiração de uma população carenciada do efectivo desenvolvimento e progresso da sua terra.

Em Riba de Ave, verificámos o profundo e generalizado descontentamento da população contra a prepotência da Associação dos Municípios do Vale do Ave, contra a falta de transparéncia do projecto de instalação da estação de tratamento de resíduos sólidos e contra a passividade cumplice do Governo face a um processo viciado de ilegalidades processuais.

No distrito de Viana do Castelo, fomos alertados para a inexistência de respostas às apreensões das populações ribeirinhas do troço final do rio Minho, que virão a ser afectadas pela construção da barragem de Cela.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, recordo que, em tempo oportuno, aqui deixámos um apelo a todas as forças políticas e sociais para que reuníssemos esforços e convergissemos iniciativas no sentido da preservação da vida da Fábrica-Escola Irmãos Stephens; para que fosse travada a morte anunciada da cristalaria portuguesa e dos seus postos de trabalho; para que fosse defendido o património cultural corporizado na FEIS — verdadeira instituição nacional e orgulho legítimo das gentes da Marinha Grande.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E a isto respondeu o Governo: fecha-se a FEIS! E às reclamações dos trabalhadores do INATEL, que pretendem o diálogo, o respeito da lei e a observância dos seus direitos sociais, como responde a direcção nomeada pelo Governo?

Responde com a recusa sistemática ao diálogo e com a prepotência, através de ordem de serviço. Aliás, ao estilo e com métodos muito próximos dos usados na resposta governamental a reivindicações económicas e profissionais dos funcionários da administração central e local e dos trabalhadores das empresas públicas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no Bombarral, os produtores de vinho e de fruta lutam com grandes dificuldades para suportar o agravamento constante dos factores de produção, num momento em que não conseguem escoar os seus produtos nem remunerar minimamente o trabalho e o investimento agrícola. Manifestam-se por isso descontentes e contestam o resultado dos acordos de revisão da PAC.

No município de Óbidos, entre outras queixas, referiram-nos a situação dos acessos, «os mesmos de há 18 anos», disseram-nos. Deram-nos conta de que, por falta de intervenção eficaz dos organismos do Estado, as muralhas da vila estão em processo de degradação preocupante, há ameias em derrocada e encontram-se em grave risco de perda irreparável algumas obras de arte e um órgão — «único na Península», disseram —, que rechelam as igrejas da Vila-Museu.

No distrito do Porto, encontramos salários médios de base inferiores aos salários médios de base do continente que, por sua vez, são os mais baixos da Comunidade.

É o distrito que ilustra bem a triste situação do País no contexto da CEE quanto à sinistralidade e à mortalidade no trabalho. A maioria da sua população continua sem acesso às infra-estruturas básicas de saneamento. A rede escolar pré-primária, pública e privada, cobre apenas 15 % das crianças do distrito. O abandono e o insucesso escolar constituem um grave problema numa região tristemente assinalada pelo trabalho infantil. No distrito do Porto, o défice habitacional agravou-se na última década.

Por outro lado, os dados oficiais referem que 60 % da população dos bairros populares e das freguesias dos centros históricos do Porto e de Gaia vive abaixo do limiar de subsistência.

O distrito do Porto e o Norte do País, tradicionalmente vítimas da desatenção do poder central, continuam com graves carencias de infra-estruturas básicas, a exigir investimentos compatíveis com a importância social e económica que detêm no contexto nacional.

O Sr. Octávio Telxeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Só no distrito do Porto vive 16,4 % da população nacional e 47 % da população da chamada «Região Norte». Ali se encontra a maior concentração da indústria transformadora, com um peso determinante da indústria têxtil, de vestuário e calçado, sector que todos reconhecem ter pela frente um futuro dramático de curto prazo.

Ao contrário do que aconteceu noutras países, a sua reestruturação foi indefinidamente retardada, ou melhor, ainda não começou de facto. Os apoios do Estado e os financiamentos comunitários, se viabilizaram tal ou tal empresa, não alteraram o perfil da economia da região. Não criaram as necessárias e prometidas, muitas vezes prometidas, alternativas económicas e sociais para obviar, eficaz e oportunamente, as consequências da crise instalada num sector e numa região cuja economia assenta na falsa e condenada competitividade dos baixos salários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta intervenção não pretendo fazer uma análise completa, mesmo que resumida, de uma realidade insistente encoberta na propaganda da política de sucesso do governo do PSD. Para tanto, teria

de ilustrar as razões diversas que estiveram na origem do elevado nível de conflitualidade laboral verificado neste primeiro período do ano. Teria de recordar os motivos que levam à luta camadas e grupos sociais tão distintos como os intelectuais e os polícias; os magistrados e os agricultores; os estudantes do ensino superior; os sapadores bombeiros e os trabalhadores das empresas públicas, a acrescentar aos outros anteriormente já referidos.

Limitei-me apenas a deixar-vos aqui alguns factos que tipificam a situação de norte a sul do País. E para quem não vê, para quem não está interessado em que se note esta realidade, para quem pretenda desvalorizar, quer as críticas do PCP, quer a justeza das suas propostas de política alternativa, permito-me chamar a atenção para um artigo do insuspeito jornal *O Comércio do Porto*, de 11 de Abril do corrente ano, que reproduz o relatório de uma organização não governamental designada por OIKOS, onde se refere que o crescimento económico dos últimos anos marginalizou uma larga faixa da população, em grande parte constituida pelos jovens e idosos, agravando ainda mais a precariedade da situação social, e, também, que «em Portugal é ainda muito notória a diferença entre a riqueza súbita e o empobrecimento de largas camadas da população».

Estas não são conclusões que surpreendam. Estão patentes na sociedade, confirmando os nossos alertas oportunos e justificando o sentido fundamental das propostas que aqui temos trazido.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Casimiro de Almeida.

O Sr. Casimiro de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como as artérias conduzem o sangue a todos os pontos do nosso corpo, oferecendo-lhes a energia e a vida, assim as vias de comunicação constituem um insubstituível meio de progresso e desenvolvimento do nosso país e, de um modo particular, obviamente, das regiões mais desfavorecidas durante longas décadas de estagnação geradora de inevitáveis atrasos. São as estradas as artérias que levam até à seiva vivificante, capaz de vencer atrasos e conduzir à prosperidade.

É inquestionável que as vias de comunicação têm constituido primeira prioridade dos governos do Prof. Cavaco Silva. A nossa rede de estradas cresceu em ritmo desusado, ultrapassando as próprias metas, deixando para trás as mais optimistas prespectivas, que alguns julgaram utópicas. As estradas rasgam o País de lés a lés. Para qualquer zona para onde nos dirijamos sentimos esta realidade. Observá-la-á, sem esforço, o mais desatento dos observadores.

Este saudável esforço estendeu-se também, como é óbvio, ao meu distrito de Aveiro, que é pujante e está na vanguarda do progresso, seja qual for o ângulo de observação. Entre os empreendimentos concluídos avulta, naturalmente, a auto-estrada Porto-Lisboa, que rasga o distrito de extremo a extremo, e a estrada Aveiro-Vilar Formoso, uma aspiração distante transformada já na mais consoladora realidade, cujo interesse ocioso será referir.

Havemos, contudo, de reconhecer que muito teremos ainda de conquistar neste importantíssimo sector da administração, embora não se possa nem se deva esquecer — e é para mim muito grato aproveitar o ensejo para prestar este acto de justiça — o esforço tenazmente desenvolvido pelas nossas autarquias que, na sua generalidade, têm acompanhado, com reconhecido dinamismo, os esforços dos governos do Prof. Cavaco Silva.

Ser-me-á permitido referir, ainda que de forma sucinta, legítimas aspirações das populações aveirenses. Entre algumas das obras não concluídas, e que se integravam no plano da Junta Autónoma de Estradas, incluem-se os lanços entre Rocas do Vouga e Campo de Arca, Talhadas e o distrito de Viseu, Alumieira a Avanca, Palmaz e Castelões, Telhadela a Palmaz, de Moldes ao distrito de Viseu, atravessando a serra da Freita. Com a entrega destas artérias às respectivas câmaras municipais, para elas transitarião os esforços possíveis, que, bem o cremos, não os regatearão.

O extremo norte do nosso distrito apresenta, entre as suas legítimas aspirações e para além de outras obras em projeto, em fase de lançamento ou já em realização, dois anseios, que importará escutar com a atenção que bem merecem. Quero referir-me à tão proclamada estrada que hárde ligar Arouca a São Pedro do Sul, e uma outra que hárde unir Arouca a Castelo de Paiva ao Litoral, já que a estrada nacional n.º 327, apesar dos benefícios anunciados e do empenhamento dos municípios envolvidos, não poderá jamais corresponder ao movimento que lhe é exigido. Tal como o Nordeste do nosso país, também o nordeste do distrito de Aveiro tem os olhos postos no poder central.

São também conhecidas as dificuldades experimentadas pelo intenso e crescente tráfego que circula na estrada que se dirige do Porto a Aveiro, seguindo para a Figueira da Foz. Alguns troços foram já beneficiados, outros encontram-se na fase de execução, outros em estudo nos gabinetes dos órgãos de decisão. Também para aqui se pede o possível esforço do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Na velha estrada nacional n.º 1, a unir as cidades de Lisboa e Porto, causam apreensão, por razões sobejamente conhecidas, as travessias de Águeda, de Malaposta, de Avelãs de Caminho e da Mealhada. E no trajecto entre Arrifana e Carvalhos, servindo povoações em acelerado ritmo de crescimento que a auto-estrada não contempla, há que encontrar rapidamente as soluções adequadas. Mas há ainda neste capítulo das vias de comunicação uma situação a que urge dar a prioridade que as circunstâncias impõem.

No passado dia 10 de Setembro foi aberta ao tráfego a chamada variante de Oliveira de Azeméis. Durante mais de quatro décadas, projectos e mais projectos vaguearam pelos estiradores dos técnicos e pelos gabinetes de decisão e à medida que os anos foram passando mais justificados se tornavam os crescentes protestos dos que se erguiam contra o insustentável estado de coisas. O trânsito na cidade de Oliveira de Azeméis passou a fazer-se com intermináveis bichas, que se estendiam por muitos quilómetros nas chamadas horas de ponta. O mais ligeiro sinistro era fonte de grandes atrasos.

Solucionado, assim, a partir do dia 10 de Setembro, um dos gravíssimos problemas do trânsito em Oliveira de Azeméis e da região de que é natural polo aglutinador, avulta agora o problema do acesso à auto-estrada. Acesso que se faz, relativamente aos que se dirigem para o Sul, em direcção ao nó de Estarreja, através da antiquada estrada que atravessa Ul e Loureiro, numa extensão de 12 km. Estrada de acanhadíssimas dimensões, sinuosa, com perigosíssimos estrangulamentos nas pontes do Cavalar e de Tonce, sem a menor hipótese de beneficiação capaz. A resistência daquelas duas pontes, e que as placas anunciam, é inferior à tara dos muitos camiões que por ali circulam a cada instante. Imaginemos a situação quando, carregados, transportam algumas dezenas de toneladas.

A única solução reside na construção de um novo acesso, para o qual se esboçaram já dois traçados, um a partir de Oliveira de Azeméis e outro de Pinheiro da Bemposta. Contudo, a realidade presente, a realidade que merece o maior consenso das populações aponta para uma terceira alternativa com início num ponto equidistante, em Travanca, com passagem pela futura zona industrial de Loureiro.

Protelar a realização desta obra é atrofiar o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis e de uma vasta zona, razão por que para ela peço a prioridade das prioridades, interpretando fielmente o sentir daquelas laboriosas gentes.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas 40 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Estão em aprovação os n.º 52, 53, 54, 55, 56 e 57 do *Diário*, respeitantes às reuniões plenárias dos dias 21, 23, 24, 28, 29 e 30 Abril.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

Vamos agora iniciar a discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 26/VI — Estabelece normas relativas ao sistema de propinas, e do projecto de resolução n.º 28/VI — Estabelece condições para a melhoria da qualidade do ensino superior e acção social escolar (PS).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (Couto dos Santos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No momento em que a União Europeia começa a ser uma realidade, não pode o Governo deixar de referenciar expressamente o sector da educação como um dos instrumentos de política mais importantes desse processo, tendo presente, designadamente, o papel do ensino superior na concretização do mercado interno.

Com efeito; sendo a formação superior um trunfo estratégico para o sucesso no quadro exigente da Comunidade Europeia, é importante, senão mesmo fulcral, não ignorarmos as nossas necessidades em recursos e em infra-estruturas, bem como as questões científico-pedagógicas que, em matéria de política educativa, necessariamente lhe estão subjacentes.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o sistema educativo não se pode dissociar dos sistemas que com ele directamente se relacionam, sejam o social, o cultural, o científico, o tecnológico ou o da informação, nem pode esquecer que a livre circulação de pessoas poderá trazer novos factores de concorrência para os nossos jovens diplomados, face à equivalência de diplomas que irá existir no quadro comunitário.

Esta perspectiva encontra-se bem patente num recente memorando da Comunidade Europeia sobre o ensino superior, onde se afirma que «o papel das instituições de ensino superior é desempenhado conjuntamente com as responsabilidades mais vastas destas instituições na conservação, desenvolvimento e transmissão do património cultural na Europa e de cada um dos Estados membros, bem como na modificação da criatividade no sentido de alargar as fronteiras do conhecimento, tanto no campo das humanidades como no da ciência e da tecnologia.

A formação proporcionada pelo ensino superior deve não só assegurar os mais altos níveis de qualificação profissional mas também propor independência de juízo, criatividade e espírito crítico e conferir a capacidade de transpor as fronteiras entre as disciplinas, as culturas e as nações».

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este novo desafio é vital para Portugal e para os Portugueses.

É com a qualidade da nossa educação que seremos europeus em Portugal e portugueses na Europa. É com a qualidade da educação que assumimos e transmitimos a nossa cultura e transponemos, com as disciplinas do nosso específico saber ou aprendizagem do saber global, as fronteiras do nosso espaço, assegurando a nossa criatividade e difundindo a nossa generosidade, sem ignorar o nosso espírito crítico.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é indiscutível que há uma relação directa entre a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos, e que o produto dos sistemas de educação e de formação, em termos quantitativos e qualitativos, é o primeiro factor determinante da produtividade de um país e, consequentemente, da sua competitividade. Tal desiderado só pode, porém, ser atingido através da qualidade.

É esta a grande aposta que tem de ser feita ao nível do ensino superior, valorizando as suas múltiplas vertentes, desde a humana à tecnológica, passando pela investigação e pela formação avançada.

Assistimos, nos últimos anos, a um crescimento impressionante da população do ensino superior, que atinge actualmente cerca de 200 000 alunos e envolve um orçamento próximo dos 100 milhões de contos.

Por outro lado, a população no ensino superior entre os 20 e os 24 anos é de cerca de 26 %, valor superior a alguns dos nossos parceiros.

Assim, nos últimos quatro anos, o número de alunos no ensino superior quase duplicou, enquanto que o orçamento da educação para este nível de ensino cresceu duas vezes e meia.

Estes números demonstram, claramente, que as afirmações daqueles que sistematicamente vêm no dinheiro a resolução de todos os problemas não têm razão de ser, mesmo recorrendo a uma visão meramente económica desta questão.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E, curiosamente, também demonstram que o sistema tem perdido eficiência, com prejuízo nítido para os alunos.

Aliás, um indicador que evidencia esse aspecto é o do *ratio professor/aluno*, que, em Portugal, é da ordem média dos 1 : 10, enquanto na maioria dos nossos parceiros é superior a 1 : 15.

Por outro lado, os investimentos do Governo em acção social escolar no ensino superior, entre 1987 e 1992, quase triplicaram, sem que os alunos tenham sentido melhorias significativas.

Mas nem outra coisa seria de esperar, quando se verifica que os serviços sociais universitários têm hoje um peso de estrutura que absorve, à sua conta, cerca de 20 % do orçamento só em despesas de funcionamento.

Mas se faço estas referências não é, seguramente, para discriminar responsáveis ou criar falsos «bodes expiatórios». O que me preocupa, isso sim, é a correcta identificação dos bloqueamentos existentes no sistema, por forma a encontrar as adequadas alterações estruturais que possibilitem um crescimento real na qualidade e eficiência dos resultados.

É que, para nós, mais importantes do que os números ou os aspectos quantitativos é a expressão qualitativa dos resultados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E essa exige que o ensino superior prepare adequadamente os nossos jovens para a vida activa, dotando-os com os instrumentos do saber fazer e preparando-os para enfrentar um mundo moderno, cada vez mais interdependente e heterogéneo.

É nesta perspectiva que consideramos como prioritária a qualidade do ensino superior. E esta qualidade só poderá ser atingida através da conjugação de várias iniciativas, tanto quanto possível articuladas: uma participação mais activa dos estudantes; a criação e a renovação das infra-estruturas físicas e dos equipamentos; um apoio pedagógico activo; a valorização da investigação; a dignificação e a clarificação de alguns aspectos da carreira docente; uma eficaz avaliação do ensino ministrado, inclusive no ensino particular e cooperativo; o desenvolvimento e o alargamento de uma nova política de acção social escolar.

A aposta na qualidade exige que as potencialidades da lei da autonomia universitária sejam articuladas com a responsabilização dos órgãos das instituições do ensino superior, por forma a garantir-se uma efectiva eficiência do sistema e uma verdadeira co-responsabilização Estado-instituição-aluno.

Eficiência que deve assentar na responsabilidade e na audácia, capazes de vencer os atavismos de algumas consciências e de certas instituições, assumindo a ousadia de mudar, para melhor, apesar dos custos e dificuldades de percurso que essa mudança possa comportar.

E é esta mudança, com responsabilidade, que aqui assumo, e que exigirá de todos os agentes do sistema a necessária audácia e coragem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas não há audácia sem coerência de ideias e sem perspectiva de justiça. Não há coragem sem transparéncia de princípios e sem frontalidade na assumpção das verdades.

É animados dessa audácia e em nome dessa verdade que a sociedade e o Estado devem compartilhar responsabilidades; que importa pensar em todos e não privilegiar alguns; que importa ser justo na sociedade real e não iludir as desigualdades do presente.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por todas estas razões, que importa não iludir nem confundir, entendeu o Governo apresentar a presente proposta de lei. Ela é um exemplo da nossa responsabilidade e da nossa clareza e transparéncia políticas. Mas é, também e simultaneamente, um dos instrumentos da mudança que importa desencadear no ensino superior, por forma que haja não só uma visão estratégica nas instituições, como também melhoria efectiva na qualidade do ensino a par de formas complementares de reforço do apoio aos alunos através da acção social.

A proposta de revisão do sistema de propinas, que ora é presente a esta Câmara, encerra em si mesma dois objectivos fundamentais: assegurar a justiça social no respeito pelo princípio constitucional da garantia de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior; contribuir para a moralização do sistema. E gostaria de me referir a estes dois objectivos, começando pela justiça social.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, embora mais de 22 % da população estudantil na faixa etária dos 18 e os 24 anos esteja no ensino superior, ela é oriunda de apenas cerca de 5 % das famílias portuguesas.

Nesta situação, 95 % das famílias têm de pagar, através dos seus impostos, custos do ensino superior, sem que daí beneficiem directamente.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Pode baixar os impostos!

O Orador: — Ou seja, há famílias de fracos recursos económicos cujos filhos não frequentam o ensino superior mas que estão a contribuir para que os filhos de famílias com recursos económicos mais elevados recebam do Estado uma «bolsa» de cerca de 500 contos/ano, valor este que corresponde, hoje, ao custo médio por aluno.

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É um argumento demagógico!

O Orador: — A justiça social inherentemente à proposta de lei apresentada a esta Câmara está claramente evidenciada na isenção do pagamento de propinas a todos os alunos de menores recursos económicos e garantindo aos de rendimentos médios reduções significativas no respectivo pagamento.

Por isso, podem ficar tranquilas as consciências burguesas que gostam de amplamente apregoar a sua generosidade social, porque o Governo é social-democrata e reformista e, por isso, teve a preocupação de garantir as condições para que nenhum aluno — e que fique bem claro Srs. Deputados —, nenhum aluno, deixe de frequentar o ensino superior por incapacidade económica de pagamento das propinas.

Aplausos do PSD.

Curiosamente, a situação será precisamente a contrária àquela em que alguns nos pretendem fazer acreditar: é que esses alunos anteriormente pagavam propinas e com esta proposta deixarão de pagar.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos deixar de manifestar a nossa surpresa ao constatar que é da área do Partido Comunista que vem, mais ou menos afinal, o coro contra o modelo de revisão do sistema de propinas. E, diria mesmo, com uma excelente orquestração da Juventude Comunista.

E vão ao ponto de dizer «não às propinas», quando ao longo de 50 anos nunca contestaram a sua existência. E se o não fizeram noutras momentos, não podemos duvidar que, neste momento, o fazem em nome de uma pretensa luta tão demagógica quanto falsa.

Aliás, é curiosa a sintonia, eu diria mesmo a colagem, que se verificou entre o discurso de um Deputado do PCP, nesta Câmara, e o que foi feito lá fora pelo movimento contra as propinas.

Com efeito, estranha-se esta súbita aliança do Partido Comunista com os ricos e a sua recusa a uma efectiva justiça social, em todas as suas vertentes.

Aplausos do PSD.

Todos nós sabemos que para o Partido Comunista são agrestes os tempos de mudança que vão pelo mundo, mas não acreditávamos que este partido assumisse, tão clara-

mente, a manutenção de privilégios tão injustos quanto desproporcionados. Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nos tempos que correm temos de estar preparados para ver o PCP oscilar ao sabor da rápida evolução dos acontecimentos face às contradições existentes entre o quotidiano e o campo ideológico em que se movem.

Agora o que não podemos permitir é que com ela queiram iludir os jovens, enganar as famílias, impedir a regeneração do sistema de ensino superior, hipotecando, mais uma vez, o nosso futuro colectivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria agora de referir-me ao objectivo da moralização do sistema. Temos hoje nas universidades, fruto de vários factores mas também devido ao valor simbólico e pouco responsabilizante das propinas, alunos que por lá permanecem há 10, 15, 20 ou mais anos, e temos outros que se inscrevem apenas em meia dúzia de cadeiras para poderem auferir de vantagens sócio-económicas ou outros benefícios inerentes à condição de estudante.

Desta forma está-se a impedir a entrada no ensino superior público dos alunos com vontade, querer e capacidade para frequentá-lo e, como ainda não existem condições para que todos os candidatos tenham lugar no ensino superior público, há aqui uma injustiça manifesta e um prejuízo inadmissível para alguns jovens candidatos. Não sendo a moralização a varinha mágica que vai resolver os bloqueios do sistema, não temos dúvida de que sem ela não são atingíveis a justiça e a eficiência por que todos nos devemos bater.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Separámos, assumida e intencionalmente, o sistema de revisão de propinas do modelo de financiamento do ensino superior e do sistema de acção social escolar, porque o primeiro nada tem a ver com os outros, ainda que por comodidade política ou facilidade de discurso haja quem tente juntar os três.

Com efeito, o financiamento do ensino superior e a acção social escolar são funções que o Estado tem assumido e continuará a assumir, no respeito pela Constituição da República Portuguesa. Somos os primeiros a defender mais meios para o ensino superior e mais e melhor acção social, e tudo faremos para que, dentro dos condicionalismos da gestão orçamental e dos parâmetros macroeconómicos da convergência comunitária tão desejada, possamos atingir esses objectivos. Por isso, a nossa proposta consagra que as receitas das propinas são receitas próprias das instituições de ensino superior, revertendo para os alunos através da acção social desenvolvida em cada escola.

Será necessária melhor prova de transparência de princípios e clareza de intenções?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais justiça social e efectiva modernização do sistema, com qualidade, assente em princípios de eficiência e transparência, são as principais linhas de orientação que norteiam a política do Governo para o ensino superior. Entendemos que sem justiça social não construiremos solidariamente o futuro e que sem moralização da utilização do sistema não corrigiremos as distorções do presente. E o futuro, que nos bate à porta, é impiedoso e exigente; impiedoso na capacidade concorrencial e exigente na qualidade.

Por isso, queremos valorizar o ensino superior criando os alicerces do edifício que permitam erigir, com base nos prin-

cípios da autonomia, um sistema mais apto, uma sociedade mais aberta, alunos mais realizados, professores mais motivados, universidades e institutos politécnicos mais competitivos e eficientes. E desta forma faremos também o ensino superior, a reforma portuguesa da educação!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estou certo, profundamente convicto, de que todos nos acompanhão neste desafio. É que o futuro também começa dentro de nós!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro os Srs. Deputados Ana Maria Bettencourt, Eurico Figueiredo, Ferro Rodrigues, Raul Castro, Guilherme Oliveira Martins, Fernando de Sousa, Octávio Teixeira, Julieta Sampaio, António Filipe e Manuel Queiró. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Maria Bettencourt.

A Sr.ª Ana Maria Bettencourt (PS): — Sr. Ministro da Educação, V. Ex.ª esteve ao nível do seu antecessor Diamantino Durão ...

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. Narana Colssoró (CDS): — Então, ele afinal era mau?... O Sr. Deputado Passos Coelho elogiou-o tanto, ali da tribuna!...

Risos do CDS.

A Oradora: — É que a primeira vez que intervêm no Parlamento vem logo pedir mais dinheiro e não explicar — porque V. Ex.ª não o fez — como é que vai desenvolver a qualidade. Nós também estamos de acordo em que é preciso desenvolver a qualidade. Aliás, o Sr. Ministro, na sua exposição, demonstrou a necessidade da nossa resolução e não nos convenceu com os argumentos usados para explicar o elevar das propinas.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Não nos convenceu e esteve, de facto, ao nível do colega que o antecedeu na pasta da educação!

Sr. Ministro, o ensino superior está realmente docente em Portugal e, por muito que os senhores digam que investiram, degradou-se! Os estudantes sabem muito bem como a acção social escolar é miserável, como não há quartos, sentem como estão sujeitos à especulação para arranjar um quarto.

Aplausos do PS.

Neste momento, grande parte do público presente nas galerias também aplaudiu a oradora.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, peço-lhe o favor de suspender a sua intervenção.

Quero avisar os cidadãos, porque de cidadãos se trata, que estão nas galerias que não podem manifestar-se enquanto decorre o debate aqui, no Plenário. Agradeço-vos do fundo do coração que tenham isto em conta daqui por diante.

Se assim o entender, a Sr.ª Deputada Ana Maria Bettencourt poderá retomar a palavra.

A Oradora: — O Sr. Ministro sabe muito bem que, se for às cantinas,...

O Sr. Ministro da Educação: — Sr.ª Deputada, eu vou lá!

A Oradora: — ... a comida é miserável, que há estudantes doentes porque comem mal, que não há acção social escolar no ensino politécnico!...

Sr. Ministro, o ensino superior não é uma mercearia onde se vendem produtos aos seus clientes, como V. Ex.ª gosta tanto de dizer.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — O ensino superior tem de produzir ideias; tem de produzir ciência; tem de produzir cultura, formação permanente e prestação de serviços à comunidade. Os cálculos de custos de funcionamento que o Ministério tem feito traduzem uma visão simplista e redutora que não tem em conta a dimensão cultural, científica do ensino superior.

O que é que os estudantes vão pagar? Como é que vão fazer os cálculos? Ninguém acredita no vosso rigor, porque a vossa proposta de lei não tem o mínimo de rigor.

Quando V. Ex.ª propõe o aumento de propinas, o que é que vai dar em troca? Por que é que não estão já aqui os diplomas para a melhoria da acção social escolar? Por que é que teve tanta pressa em inverter a ordem do que devia ter sido apresentado? Por que é que não diz como é que vai melhorar a qualidade pedagógica do ensino superior? Não nos diga que ainda não tem tempo para saber!... O que é que andam a fazer há 12 anos os ministros do PSD?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Ministro, porquê esta pressa de fazer pagar aos estudantes um serviço que não diz qual é? Os seus argumentos não convencem.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Educação, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.ª deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Educação: — De três em três oradores, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Figueiredo.

O Sr. Eurico Figueiredo (PS): — Sr. Ministro, uma das preocupações da minha bancada — e que, penso, faz consenso — são as famílias portuguesas, mas acontece que no diploma que V. Ex.ª nos apresenta fala-se de famílias, só que procura introduzir-se uma clivagem entre famílias ricas e famílias pobres.

Ora, o que verificamos é que não é de famílias que se trata mas de jovens. E não existe no vosso diploma qualquer análise quanto a uma filosofia das relações geracionais.

Aplausos do PS.

Por isso, gostava que V. Ex.ª nos dissesse se são pela autonomia e responsabilidade dos jovens ou pela dependência e irresponsabilidade. Aquilo que o vosso diploma indica é que vão reforçar as relações de dependência e irresponsabilidade de um grande número de jovens, que vão ficar dependentes exclusivamente do pagamento das suas propinas pelas respectivas famílias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A pergunta que lhe deixo é, pois, a seguinte: qual é a opinião de V. Ex.^a sobre a larga, metódica e sistemática experiência feita em muitos países quanto ao problema dos empréstimos aos jovens? Faço esta pergunta porque os custos do ensino superior não passam apenas pelas propinas mas pelos deslocamentos, pela alimentação, pelo transporte, e a justiça não é apenas uma justiça social mas é uma justiça intergeracional e é também uma justiça em relação a tantos e tantos jovens deslocados das suas famílias e que são obrigados a viver noutras cidades, noutras locais e noutras universidades.

Gostava que V. Ex.^a nos dissesse o que sabe, o que meditou, o que pensou sobre a larga, profunda e com muitos anos de experiência, feita em tantos países, dos empréstimos aos jovens, que reflectem uma filosofia de autonomia e de responsabilidade, aliás, professada por esta bancada.

O segundo ponto que coloco à consideração de V. Ex.^a é o de saber se auscultou as famílias, pois ouvi-o dizer que dialogou com as associações de jovens, mas o vosso projecto de diploma nunca fala em jovens mas, sim, em famílias. Isto é, famílias que têm que pagar os custos das propinas e outras famílias que vão ficar isentas, isto quando V. Ex.^a nos disse que se tratava de jovens com mais de 18 anos e portanto de adultos responsáveis. Gostava, portanto, que nos dissesse quais as associações de famílias que foram ouvidas quanto a este projecto de diploma.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Em primeiro lugar, desejo cumprimentá-lo nesta sua primeira presença no Plenário da Assembleia como Ministro da Educação.

Sr. Ministro, a não democratização, em termos sociais, do acesso ao ensino universitário é um dos maiores fracassos da política educativa. Aliás, um fracasso que diz respeito a todos nós, um fracasso do regime, mas também um fracasso de todos os Governos e sobretudo um fracasso — e agora falo para V. Ex.^a — de todos os governos do PSD e do actual Primeiro-Ministro.

A inexistência, por parte do Governo, de uma programação de médio prazo para o desenvolvimento do ensino superior público é uma grave lacuna política e, por isso, pergunto-lhe: não considera que colocar a questão das propinas como se ela resolvesse o problema da democratização é pura demagogia? E colocar a questão das propinas sem avançar com uma programação estratégica para o ensino superior não é puro oportunismo?

O Sr. Presidente: — De acordo com o desejo de responder simultaneamente a cada três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Muito obrigado, Sr. Presidente. O pouco tempo que por aqui passei ensinou-me, pelo menos, a aproveitar todos os momentos para alargar este debate, facto que, penso eu, só valoriza a democracia e esta Casa. Por isso, resolvi responder simultaneamente a cada três pedidos de esclarecimento.

Sr.^a Deputada Ana Maria Bettencourt, o que mais me impressionou no seu discurso foi que não mudou nada. O seu discurso continua a ser miserabilista ... É tudo mau,

não temos 'nada de bom, e eu pergunto: não tem brio nem orgulho em ser portuguesa?

Protestos do PS.

Aplausos do PSD.

É tudo tão mau em Portugal que não teremos nada que seja tão bom como os outros países? É preciso invocar sempre um discurso miserabilista em Portugal? Eu tenho orgulho em ser português!

Protestos do PS.

Mas ainda é mais espantoso do ponto de vista político — e um deputado tem responsabilidades políticas, sobretudo se é da oposição — a Sr.^a Deputada ter falado, falado, e nem uma só proposta ter apresentado em alternativa. Sr.^a Deputada, um partido que se quer afirmar como partido alternativo deve apresentar propostas alternativas!

Vozes do PS: — Responda! Responda! Responda!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que se mantenham em silêncio.

O Orador: — Eu vou responder, só que não ouvi pergunta alguma da Sr.^a Deputada. Ouvi uma dissertação vaga, vazia, mas não houve qualquer pergunta concreta da parte da Sr.^a Deputada, por isso limito-me a comentar as suas afirmações que é um direito regimental que tenho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^a Deputada, o ensino superior degradou-se. Esse é um facto que eu reconheci no meu discurso, que nós reconhecemos; no entanto não enterramos a cabeça na areia. Assumimos isso. Aliás, o aspecto mais positivo da discussão que tive com os estudantes, com os reitores, com os professores, com as famílias — e já respondi à questão que me foi colocada — com todos estes parceiros sociais do Ministério da Educação foi que 10 % do tempo foi gasto a discutir propinas e 90 % a discutir a qualidade no ensino superior. E eu estou consciente disso, Sr.^a Deputada, digo-o e assumo-o perante esta Câmara e tudo farei para melhorar a qualidade, custe o que custar.

Aplausos do PSD.

V. Ex.^a diz-me que nada mudou entre mim e o meu antecessor. Mas que falta de imaginação e de argumentos, Sr.^a Deputada! Vai desculpar-me, mas, com toda a sinceridade, digo-lhe que tenho respeito por todos os políticos que passam nesta Câmara e não os invocarei seja qual for a forma como por cá passam.

A sua falta de argumentos e a forma como foram colocados mostra — conforme conclui há pouco — que continuam a não ter propostas alternativas.

Sr. Deputado Eurico Figueiredo, não estou a provocar clivagens entre as famílias portuguesas, longe de mim tal ideia! Estou a constatar um facto e também não podemos enterrar a cabeça na areia quando o constatamos, só porque pode não ser muito agradável para o posicionamento em que nos colocamos, quer do ponto de vista emocional ou psicológico. Temos de enfrentar a realidade, Sr. Deputado!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E foi isso que fiz: constatei! Coloquei-o no papel e apresentei-o a esta Câmara com uma evidente clareza. De facto, quando falei em justiça social foi só nesse sentido.

No entanto, digo-lhe que os jovens fazem parte das famílias e, muito sinceramente, hoje muito mais do que nunca. Oxalá que nos tempos que correm, nas sociedades consumistas que temos, os jovens façam cada vez mais parte da família porque ela é, hoje, o núcleo central da sociedade e dos valores, que perfilho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não sei se o Sr. Deputado os perfilha também!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, em relação à questão dos empréstimos, devo dizer-lhe que é, sem dúvida, uma experiência que existe em diversos países. Houve um trabalho efectuado anteriormente pelo meu antecessor, Sr. Engenheiro Roberto Carneiro, que encontrou alguns bloqueios, que foram detectados e para os quais já temos uma equipa de trabalho. Estou convicto de que será possível encontrar uma solução para dar uma resposta como V. Ex.^a defende e que entendo dever ser adoptada no nosso país. Estou confiante e espero que dentro de algum tempo possamos encontrar uma saída porque, de facto, essa experiência existe em muitos países.

Já agora, respondia também ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues. Sr. Deputado, devo dizer-lhe que a questão central que aqui se coloca reside em saber se há ou não uma análise de justiça social subjacente a esta proposta.

Os Srs. Deputados concordam que todos os alunos com diferentes situações económicas sejam tratados da mesma maneira?!

Sr. Deputado, gostava de obter uma resposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul de Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, o objectivo referido no preâmbulo da proposta de lei em discussão pode resumir-se no seguinte: estabelecer relações de justiça através da determinação do pagamento das propinas ou, antes, do aumento das propinas, em função do rendimento familiar — esta é uma afirmação do preâmbulo.

O que eu queria era perguntar a V. Ex.^a como é possível conciliar este objectivo com o que dispõe a Constituição no artigo 74.^º, n.º 3, alínea e), quando diz que na realização da política de ensino incumbe ao Estado estabelecer progressivamente a gratuitidade do ensino, e o artigo 107.^º, n.º 1, que diz que o imposto sobre o rendimento pessoal visará a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.

Parece indiscutível que o Governo está a estabelecer um outro imposto sobre o rendimento familiar quando só pode haver um e está a violar a norma do artigo 74.^º, quanto a gratuitidade do ensino a estabelecer progressivamente.

Queria dizer a V. Ex.^a que vivi em 1942, enquanto aluno do segundo ano de Direito, a greve dos estudantes de Coimbra e estava no pátio da Universidade quando foi hasteada uma capa negra na sua torre. Ontem voltou a ser

hasteada em Coimbra, pelos estudantes, uma capa negra na torre da Universidade. Na memória dos últimos 50 anos fica este traço comum do aumento das propinas em 1942, pelo governo de Salazar e em 1992, pelo governo de Cavaco Silva, ou seja, o vivo repúdio dos estudantes portugueses.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, colocaria apenas duas questões muito breves.

A primeira tem a ver com uma afirmação que aqui fez relativamente à distinção de duas questões: por um lado, a acção social escolar e, por outro, as propinas.

Da conclusão de uma comissão nomeada para elaborar o livro branco sobre o financiamento do ensino superior verifica-se que três problemas deveriam ser resolvidos em conjunto: o financiamento do ensino superior, as propinas e a acção social escolar.

Será que desta vez esqueceram essas conclusões?! Elas eram claras e inequívocas.

Segunda questão, V. Ex.^a falou de equidade. Quero dizer-lhe que, há muito pouco tempo, do alto da tribuna, um dos Deputados desta Câmara, o Sr. Deputado Adriano Moreira, deu conta da situação de profunda injustiça que existia na composição social dos estudantes universitários. Essa composição beneficiava, sobretudo, a escola pública, onde estavam aqueles que tinham maiores rendimentos ou cujos agregados familiares tinham maiores rendimentos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Só nos está a dar razão!

O Orador: — Olho para este diploma e verifico que não há uma articulação porque, justamente, isso é uma demonstração de que estão ligados os problemas da acção social escolar e das propinas. Realmente, os alunos não frequentam a universidade ou não podem frequentá-la não por causa do valor das propinas mas devido à falta de condições concretas relativamente à acção social escolar.

Era esta a questão sobre a qual gostaria também de ouvir o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa.

O Sr. Fernando de Sousa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, não vou entrar na discussão do articulado do diploma propriamente dito, nem nos problemas de técnica fiscal que o mesmo levanta, uma vez que o meu colega Guilherme Oliveira Martins irá fazê-lo, nem lembrar-lhe ainda que a educação deve ser tendencialmente gratuita.

Gostaria, outrossim, de colocar-lhe duas questões de fundo relacionadas com a filosofia política deste diploma.

Primeira, qual é a posição do Ministério da Educação quanto à natureza do ensino superior. Num país em que a taxa de frequência do ensino superior é ainda das mais baixas da Europa, considera que o ensino superior é um bem de consumo ou um bem social? E se parte do princípio, com o qual não concordamos tendo em consideração a realidade portuguesa, de que o ensino superior deve ser sobre o ponto de vista financeiro da responsabilidade do governo e não da sociedade, isso quer dizer que a formação inicial, a forma-

ção de base, vai passar a ser gratuita e, portanto, que os custos da educação dos ensinos básico e secundário vão passar a ser integralmente suportados pelo Estado, como acontece noutras países?

Segunda, como é que um Governo para quatro anos, representante do partido que está há tantos anos à frente da educação, apresenta um medida isolada, desgarrada, como é esta das propinas, sem a integrar na vasta e complexa problemática do ensino superior, medida que, aliás, não tem minimamente em conta o que é e deve ser, efectivamente, o ensino superior?

Esta proposta de lei sobre as propinas é apresentada à Assembleia da República sem que V. Ex.^a diga quais as estratégias de desenvolvimento a curto e a médio prazos do ensino superior, nem adianta o quer que seja quanto à avaliação das universidades, medida indispensável para termos um ensino de qualidade, nem quanto aos sistemas de apoio à investigação, vertente complementar e, indispensável do ensino superior, nem quanto ao regime de acesso ao ensino superior, nem quanto à redifinição do estatuto da carreira docente, nem — repare-se! — quanto ao financiamento das universidades e escolas do ensino superior porque, ao contrário daquilo que o Sr. Ministro referiu, o problema das propinas tem sentido enquadrado no âmbito do financiamento do ensino superior.

Todas estas questões são bem mais importantes do que o problema das propinas que o Sr. Ministro aqui, hoje, traz. E para quê, também, esta pressa para que o novo regime de propinas passe a vigorar já este ano sem ainda ter sido definida uma verdadeira política da acção social escolar?

Sr. Ministro da Educação, a apresentação deste diploma, assim, sem mais nem menos, dificilmente fundamentado e tecnicamente mal justificado — temos de reconhecê-lo —, não fornece ainda o sinal da diferença que gostaríamos que surgisse na resolução dos problemas do sistema educativo português.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Raul de Castro, francamente, não preciso que me invoquem Salazar sobre o sistema de ensino porque fui aluno nesse tempo e sei bem o que custou estudar. Eu fiz-me a mim, ninguém me pagou os estudos!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, nesse aspecto de ninguém recebe lições!

Quando falo em justiça social, mesmo que esses valores sejam pequenos, é porque me lembro do tempo em que, mesmo sendo esses valores pequenos, se um sistema deste género existisse então, eu não pagaria.

O Sr. António Filipe (PCP): — Então, agora não paga-ria!

O Orador: — Mas, nessa altura, pagava com custo.

O Sr. Deputado invocou a Constituição, mas todos nós, qualquer cidadão, sobretudo o homem político tem a obrigação estrita de respeitar a Constituição.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Exactamente!

O Orador: — O respeito pela Constituição para um homem político constitui o primeiro dever numa sociedade democrática. Por isso, não preciso que me recorde que tenho de respeitá-la.

Em relação àquilo que invocou, Sr. Deputado, há dois aspectos que quero abordar, o primeiro dos quais está relacionado com a invocação que V. Ex.^a fez da Constituição.

Nós, Governo, entendemos que é constitucional; se o Sr. Deputado crê que não o é pode accionar os mecanismos próprios.

A segunda questão tem a ver com o artigo que referiu. Sr. Deputado, nesse mesmo artigo leio um outro número e digo-lhe que nesta proposta de lei está subjacente o n.º 1 do artigo 74.º, que, sendo muito mais importante dos pontos de vista social e humano, se traduz nisto: todos têm direito a um ensino com igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar. Isto é que é importante para mim, Sr. Deputado!, e é isso que está referenciado na proposta de lei. Af se diz que nenhum aluno deixará de frequentar o ensino superior por ter dificuldades económicas e não conseguir pagar as propinas. Se isso acontecer ficará isento. No meu tempo não era assim, Sr. Deputado!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins falou sobre as três questões que vêm referenciadas no relatório, que eu li várias vezes. Devo, aliás, dizer-lhe, Sr. Deputado, que, embora o relatório não fale em valores, há af um modelo subjacente. Confesso-lhe, com toda a franqueza, que não perfilho totalmente as teses af defendidas, porque elas contêm uma visão da universidade portuguesa de tipo americano e eu não estou a ver que os estudantes tenham condições culturais ou sequer económicas para poderem pagar centenas de contos por ano para depois se criar um outro serviço do Estado, com milhares de funcionários públicos a contribuir dando os mesmos 300, 400 contos porque eles vão pagar à universidade. No mecanismo das universidades americanas ou das inglesas isso funciona, mas em Portugal não temos condições para isso!

Foi por essa razão que apresentámos esta proposta de lei, mas, Sr. Deputado — e tal como disse no meu discurso —, não está subjacente à proposta de alteração do sistema de propinas o que vem recomendado no relatório a que o Sr. Deputado se referiu. O que vem af dito é que o sistema de propinas é para financiar o ensino superior, isto é, para financiar os salários dos professores.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Oh!...

O Orador: — Desculpe, Sr. Deputado, o relatório não o diz, mas isso depreende-se! Refere-se que é para financiar a Universidade. Ora, financiar uma universidade é financiar salários, despesas de funcionamento e tudo o resto. Daí que a proposta de lei que está em discussão nesta Câmara tenha uma boa base de equilíbrio.

Em relação à situação e composição dos estudantes, recordo-me da intervenção que aqui fez o Sr. Deputado Adriano Moreira e que li com muita atenção. De facto, tudo isso resulta de discrepâncias do sistema, que não existem só, contrariamente àquilo que se diz, no ensino superior mas também ao nível dos ensinos básico e secundário. Como o sistema de ensino não foi encarado a partir da sua base — e isto já acontece há bastante tempo, portanto não há 5, nem há 8 nem há 10, nós, hoje, temos

necessidade de reflectir sobre este problema a que o Sr. Deputado Adriano Moreira se referiu — e muito bem! — nesta Câmara. Nós estamos cá e devemos fazer tudo para corrigi-lo!

Ora, o modelo aqui apresentado caminha exactamente nessa direcção!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Fernando de Sousa falou sobre a natureza do ensino, as taxas baixas, etc. O Sr. Deputado, eu já ontem tive oportunidade de dizer o seguinte: quando o Governo aparece a apresentar os objectivos de uma determinada política é acusado de não apresentar medidas; quando as apresenta é acusado de não ter uma política. Sr. Deputado, eu estou aqui a apresentar uma proposta de lei concreta sobre a revisão do sistema de propinas. Estou disponível para vir, em qualquer momento, a esta Câmara dizer o que é que pensa o Governo sobre o sistema educativo — ainda há dias estive na Comissão de Educação, Sr. Deputado!

Por outro lado, Sr. Deputado, creio que por detrás da sua posição está ainda a chamada concepção dos planos, que, penso, está já ultrapassada. Aliás, essa é uma tese que todas as sociedades começaram a colocar de parte.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — O que disse, Sr. Ministro? Mas que grande disparate!

Neste momento, parte do público presente nas galerias, envergando capas negras, levantou-se, cantando: «Trabalhamos, trabalhamos! Não pagamos, não pagamos!»

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Srs. Deputados, encontra-se a assistir à sessão um grupo de cidadãos de países africanos de língua oficial portuguesa membros da Academia Internacional de Liberdade e Desenvolvimento, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Nesta segunda ronda de pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Educação, tem, em primeiro lugar, a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, começo por registar o facto de o Sr. Ministro, na sua intervenção, ter elegido, no âmbito de todas as forças políticas, o PCP como o principal adversário à proposta de lei do Governo de aumento das propinas. Julgo que isso fica-lhe bem — aliás, tem toda a razão em fazer essa eleição, na medida em que nos opomos, clara e frontalmente, a esta proposta do Governo. O mesmo sucede também com outras propostas que tendem a uma pseudosolução, mas que, ao fim e ao cabo, só poderiam conduzir a uma profunda injustiça social, que seria a de no termos do curso superior o indivíduo proveniente de uma família de largos recursos começar a sua vida profissional normal-

mente, portanto sem qualquer encargo, enquanto que aqueles que tiraram o curso com base em empréstimos bancários feitos ao longo de cinco ou seis anos de estudos, etc., teriam de começar a sua actividade profissional já com o pesado encargo da sua dívida. É a isto que nos opomos!

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas gostaria de referir-me àquilo que, creio — e essa é uma acusação que o Sr. Ministro nos faz! —, é o grande sofisma da proposta de lei do Governo de aumento das propinas e que tem a ver com a questão da justiça social.

Sr. Ministro, o problema da justiça social não se resolve com propinas! É um problema prévio a isso, porque os custos que são suportados pelos estudantes ou pelas suas famílias no acesso ao ensino superior são custos muito pesados e que vão muito para além das propinas. As propinas, que o Governo quer agora aumentar, são um sobrecusto para os estudantes e para as suas famílias. O problema da justiça social coloca-se antes, previamente. É, pois, necessário diminuir os custos que pesam sobre aqueles que têm o direito de acceder ao ensino superior.

Convém aqui recordar, Sr. Ministro, o sentido do artigo da Constituição e que é o de que haverá progressivamente a gratuitidade do ensino de graus superiores. Ora, a proposta de lei do Governo aponta para uma solução absolutamente inversa: a gratuitidade não é progressiva, o que é progressivo é o pagamento. Isso é claro e se assim não fosse, então, as propinas não aumentariam.

O Sr. Ministro quando fez estas referências e acusações ao PCP disse que nós agora queremos aliar-nos aos ricos e defender privilégios. Bom, a tese de o PCP querer aliar-se aos ricos é apenas um pequeno aparte mal sucedido, porque ninguém acredita nisso (nem sequer o Sr. Ministro!).

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É verdade!

O Orador: — V. Ex.^a também disse que nós queremos privilégios. Sr. Ministro, quando os Deputados do PSD votaram esse normativo da Constituição, consagrando o princípio da gratuitidade progressiva para o ensino de graus superiores, estavam a defender privilégios?

Última questão: o Sr. Ministro utilizou como argumento para a necessidade de se aumentarem as propinas o facto de haver alunos que ficam 15 ou 20 anos a estudar no ensino superior, apenas porque as propinas são baixas. Isto é claramente um argumento de falta de razão: como não tem razão utiliza argumentos que são absolutamente insustentáveis. Haverá algum aluno do ensino superior proveniente de famílias de parcós recursos que se mantenha, numa escola do ensino superior, 7, 8, 10, 15 ou 20 anos só porque as propinas são baixas? Não! Os alunos que provêm dessas famílias não podem manter-se durante todos esses anos a estudar! Só se podem manter aqueles que têm elevados recursos e não é pelo facto de se aumentar as propinas que esses estudantes vão deixar de fazer aquilo que têm feito até agora!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Julieta Sampaio.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, das respostas que deu ao primeiro bloco

de perguntas que foram feitas pelos Srs. Deputados pode concluir-se que assume aqui que com o PSD o ensino superior se degradou. Foi esta a conclusão a que cheguei!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Percebeu mal ou deturpou!

A Oradora: — Repare, Sr. Ministro: o aumento das propinas foi uma das razões que levou à demissão do Sr. Ministro Diamantino Durão. É certo que o seu antecessor tinha uma visão contabilística do sistema educativo e foi por isso mesmo que endureceu a posição dos estudantes e ele teve de ir-se embora.

Esperava-se que o Sr. Ministro, que tem uma relação de privilégio com os jovens desde que foi Ministro da Juventude, tivesse uma sensibilidade diferente para estas questões e que não aparecesse aqui apenas a debater simples questões contabilísticas, como é a do aumento das propinas.

Também é falso — e o Sr. Ministro sabe-o bem! — que o PS nunca tenha apresentado propostas sobre esta matéria. Ainda no anterior mandato, pela voz do então Deputado António Barreto, o PS reclamou a necessidade de se rever o sistema das propinas e de se fazer a reforma da acção social escolar. Essa, Sr. Ministro, é que é fundamental!

O que está aqui em causa é que o Governo, através do Sr. Ministro, apareceu aqui apressadamente sem ter feito um debate com as associações de estudantes, debate esse que se desejaria fosse mais prolongado. Para quê esta pressa, Sr. Ministro? «Depressa e bem há muito pouco quem» e V. Ex.^a chegou aqui apressadamente, sem ter feito um diálogo profundo. Aliás, foi isso que levou à manifestação a que assistimos há pouco por parte do público presente nas galerias. E não me venha dizer que quem estava nas galerias era comunista. Eu não acredito nisso, já não estamos em 1975! Foram, sim, os estudantes que se manifestaram, não contra o aumento das propinas mas, sim, contra a maneira como V. Ex.^a quer fazer este aumento. V. Ex.^a não dialogou com eles e não quer fazer, a par do aumento das propinas, a reforma do sistema de acção social escolar.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Pelos vistos, a Sr.^a Deputada agora é a porta-voz dos estudantes!

A Oradora: — O Sr. Ministro sabe perfeitamente que esse é um sistema que está perfeitamente obsoleto e que não satisfaz as necessidades dos estudantes.

Deixo-lhe apenas esta questão para reflexão: para quê tratar do acessório quando deixa ficar o essencial?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, a razão que o traz pela primeira vez ao Plenário na qualidade de Ministro da Educação não se pode dizer que seja propriamente de elogiar.

Nada fazia prever o conteúdo desta proposta de lei! Esforcei-me para encontrar no manifesto eleitoral que o PSD apresentou aos Portugueses onde estava prometido o aumento das propinas, mas não o encontrei! Sendo esta uma medida justificada por uma questão de justiça social, é de estranhar como é que o PSD não quis ganhar mais votos, propondo-a aos Portugueses!...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De facto, o PSD não o fez nem no manifesto, nem no programa eleitoral (que é mais desenvolvido), nem no Programa do Governo que aprovámos nesta Assembleia, do qual constam várias coisas, aliás nenhuma delas cumprida!

O Sr. Ministro veio aqui repetir alguns chavões que já lhe ouvimos dizer, quer nos jornais quer na televisão, relativamente à necessidade de se tomarem medidas de fundo no ensino superior. Falou das deficiências do apoio social, da necessidade de se apostar na qualidade, na falta de eficiência. Tudo isso é verdade, mas o que é curioso é que o Governo não propôs aqui qualquer medida a esse nível.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Tão pessimista que ele está! O Sr. Deputado, não gosto de vê-lo tão céptico!

O Orador: — A única coisa que o Governo propõe é que se aumentem brutalmente as propinas para o ensino superior público, como se as propinas fossem resolver esses problemas...

Alguém acredita, Sr. Ministro, que pelo facto de os alunos passarem a pagar propinas a partir de Outubro a situação se vai alterar e que para o ano a qualidade do ensino e o apoio social vão ser melhores? Não temos garantia alguma de que isto vá suceder, mas é óbvio que não é o aumento das propinas que vai permitir resolver estes problemas.

Ainda bem que o Sr. Ministro se referiu à União Europeia, porque isso permite-me colocar-lhe esta questão: como é que explica que em países da Comunidade Europeia — como a Alemanha, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Grécia —, que têm salários médios muito mais elevados do que os nossos, pura e simplesmente, ou não se paguem propinas ou se paguem valores meramente simbólicos? Que harmonização é que, afinal, o Governo pretende implantar a nível da Comunidade Europeia, quando sabe que países com um grau de desenvolvimento superior ao nosso e com salários em média muito mais elevados não pagam propinas. Seria bom que o Governo pusesse os olhos nesses exemplos.

Gostaria ainda de colocar uma outra questão acerca de algo que me deixa perplexo. É que a proposta de lei propõe-se, e cito, «estabelecer um sistema que correlacione o valor das propinas com os custos de funcionamento das instituições». A questão que coloco é a seguinte: como é que isto se concretiza? Isto é, como é que o Governo pensa descalçar esta bota? Ou seja: sabendo que na mesma instituição, por exemplo, na Universidade de Coimbra, um aluno da Faculdade de Direito custará ao Estado qualquer coisa como 200 contos e um aluno da Faculdade de Ciências e Tecnologia custará mais de 1000 contos, na medida em que os cursos são de elevada componente tecnológica, como é que o Sr. Ministro pretende fazer a correlação entre o valor das propinas e o dos custos de ensino? Isto é, será que vai haver alunos que vão pagar de propinas mais do que o custo real dos seus cursos, dando assim lucro ao Estado?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — O Sr. Deputado não leu a proposta de lei! Não fez o trabalho de casa!

O Orador: — Ou será que vai haver alunos que, pelo facto de terem escolhido cursos de elevada componente tecnológica, vão ter de pagar anualmente largas centenas de contos de propinas? Entre qualquer das soluções, venha o Diabo e escolha! Agora, não sei por qual delas é que o Governo vai optar e como é que vai descalçar esta bota.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: A análise que fazemos do novo sistema de propinas que este governo propõe faz-nos ressaltar vários aspectos. O primeiro diz respeito ao regime de isenções. Não está contemplada no regime de isenções qualquer tomada de posição relativamente à qualidade do trabalho e ao aproveitamento de cada aluno. De facto, isso não influi minimamente no regime de isenções. Portanto, está posta em causa uma daquelas características da sociedade aberta que é a ascensão pelo mérito. E, Sr. Ministro, V. Ex.^a vai permitir-me que lhe coloque esta questão pessoalmente, porque o Sr. Ministro é um bom exemplo dessa mesma ascensão pelo mérito. Será que deixou de ser uma preocupação do Governo premiar o mérito sobretudo também por esta via?

Igualmente não é contemplada qualquer protecção às famílias numerosas neste regime de isenções. E isso já era contemplado no decreto-lei que agora é revogado e que, apesar de já ter meio século de existência, previa esta situação, em que se alunos pertencentes a um mesmo agregado familiar frequentassem este grau de ensino simultaneamente, isso traduzia-se automaticamente em isenções para os segundos, terceiros, e por aí fora, membros desse agregado familiar que o frequentassem. Portanto, este regime de isenção significa um recuo em relação àquilo que hoje é revogado. Gostaríamos, pois, que o Sr. Ministro se pronunciasse sobre esta matéria que tanto nos preocupa.

A segunda questão é a seguinte: qual é o entendimento do Governo sobre as consequências fiscais deste novo sistema, tendo em atenção que este sistema de propinas não pode ser equiparado a taxas, porque tem a filosofia própria de um imposto, visto que ele próprio tem uma intenção e um objectivo redistributivo de rendimentos e de justiça social. Portanto, como é possível encarar a hipótese de que os alunos possam pagar a sua educação duas vezes, por esta via e também pela via fiscal habitual? Como é que o Sr. Ministro vai evitar esta flagrante injustiça? E não me responda, tal como está no articulado, que é através da dedução no rendimento colectável, porque isso, como sabe, só marginalmente é que influi na colecta, e, portanto, só marginalmente é que vai minorar esta flagrante injustiça. De facto, só reduzindo directamente na colecta é que se evita que se pague duas vezes, por via fiscal, o mesmo serviço.

Finalmente, quero colocar-lhe uma terceira questão sobre as notícias que hoje têm sido insistentemente propaladas pela rádio, acerca de negociações secretas que estariam em curso com as associações de estudantes e que não foram trazidas ao conhecimento desta Assembleia, no preciso momento em que ela tem de decidir sobre esta matéria, sobre as compensações ao nível da acção social. Em primeiro lugar, gostaria de obter um esclarecimento sobre isto, censurando o Governo por não tomar a iniciativa de esclarecer a Assembleia sobre o conteúdo desses acordos, feitos para viabilizar esta matéria, e por tê-los ocultado de quem tem de decidir sobre este assunto, os Deputados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já agora, gostaria de saber por que é que essas notícias, a serem verdadeiras, referem que o Governo excluiu dessas negociações uma associação de estudantes, que, por acaso, é a maior do País. Será pelo facto de ela não representar qualquer organização partidária de juventu-

de e isso incomodar o Governo? Refiro-me obviamente à Associação Académica de Coimbra.

Vozes do CDS, do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Gostaria de dirigir-lhe algumas perguntas, na qualidade de pai e de contribuinte. E essas perguntas têm em vista esclarecer a filosofia de V. Ex.^a e do Governo, em relação a esta proposta.

A primeira questão é a seguinte: parece-me que da proposta de lei do Governo resulta uma clara prioridade concedida à acção social escolar, em termos do reinvestimento preferencial desta receita resultante do aumento de propinas. Sabendo que a acção social escolar é um subsistema do sistema de ensino e, em especial, do sistema do ensino superior, pergunto a V. Ex.^a porquê esta opção do Governo, em detrimento de outra, que seria a do reinvestimento na qualidade do ensino, tendo nós em vista o problema da competição aberta para os nossos diplomados, presentes e futuros, no quadro alargado das Comunidades Europeias, e a importância de disputar lugares importantes e significativos pelas nossas universidades no ranking do sistema europeu universitário. Esta prioridade do Governo é a mais correcta ou haveria outras?

A segunda questão tem a ver com a filosofia do diploma neste ponto específico: o Governo opta por um sistema de isenções. E isenções que não são processadas num quadro gradativamente descendente do pagamento de propinas, mas isenções que, passando um limiar, são abruptas — ou há isenção total, ou um pagamento significativo da propina. Pergunto a V. Ex.^a se não é mais correcto optar por uma filosofia de bolsas como resposta ao problema de fazer recuperar categorias sociais que não têm a possibilidade de aceder ao sistema de ensino. E isto, porquê? Por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque o sistema de isenções é um sistema inerte, não é estimulante à aprendizagem dentro do sistema de ensino, contrariamente àquilo que tem revelado ser um sistema de bolsas, que é muito mais competitivo, do ponto de vista da aprendizagem, e muito mais estimulante para a mesma aprendizagem e, portanto, gerador de uma população escolar superior muito mais dinâmica e apetrechada para enfrentar a concorrência europeia.

E, relacionada com esta opção pelas isenções, coloca-se outra questão que tem a ver com a progressividade do imposto. Nós temos um sistema de progressividade do imposto, mas não temos generalizadamente o recurso a um sistema de progressividade na prestação de serviços vulgares da Administração Pública, como é o sistema do ensino superior. Ora, a concessão de bolsa responde correctamente ao problema da desigualdade social, sem chocar com o sistema fiscal na sua progressividade. A isenção de propina, com o correspondente pagamento de propina por parte de determinadas famílias, corresponde a um agravamento fiscal adicionado ao imposto, que já de si mesmo é progressivo. E se nós tivermos em conta o raciocínio de V. Ex.^a, segundo o qual apenas 5 % das famílias portuguesas estão representadas na universidade, af, até tiraremos logo a conclusão de que muito poucos vão beneficiar do mecanismo de isenções e também que muito poucos vão ter, porque o mecanismo não é de bolsas, a possibilidade de gerar uma mobilidade social a favor do ensino superior e da sua presença nele.

A última questão que quero colocar-lhe é a seguinte: V. Ex.^a vem aqui pedir a factura. Pois bem, em qualquer actividade económica, qualquer factura tem a contrapartida do serviço. Portanto, aquilo que se pede — e como esta questão seria debatida em outros países — é: V. Ex.^a, a troco destas propinas, o que é que vai facultar aos Portugueses, aos estudantes e ao sistema de ensino superior em particular, como contrapartida? Qual é o seu programa de investimento no ensino superior, em termos de extensão da rede e de qualidade do ensino superior? Caso contrário, V. Ex.^a coloca-se na situação de um empregado de restaurante que, em vez de começar por mostrar a ementa, começa por apresentar a factura!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, não estranho a oposição que V. Ex.^a e o seu colega de bancada António Filipe manifestaram à proposta de lei e às posições que venho aqui defender; pelo contrário, penso que até é salutar. Temos concepções da sociedade e da economia totalmente diferentes. Portanto, penso que isso é salutar e que só traz vivacidade à democracia. Mas o Sr. Deputado confunde algumas das questões que colocou. É que ainda não consegui perceber se o PCP é contra as propinas em si, ou contra a revisão do sistema de propinas... Se for contra as propinas em si, aceito e comprehendo — é um princípio político. Aliás, a Associação Académica de Coimbra disse-me abertamente que, por princípio, por uma questão política, era contra as propinas. Isso, entendo. O que não entendo é que se fique a meio caminho: se for 1200\$, não são contra; mas se se pretende rever o sistema, mesmo que isso traga benefícios sociais para outros, são contra. Por isso, não consegui perceber esse ponto nas intervenções de V. Ex.^a e do seu colega de bancada.

A proposta que aqui é apresentada não é uma proposta que resolva as injustiças no ensino superior — disse-o na minha intervenção — mas que as corrige. E, quando fomos capazes de, pelo menos, corrigir algo, penso que já avançámos qualquer coisa. Passo a passo, havemos de corrigir todas as injustiças que se verificam não só na sociedade portuguesa mas também no ensino superior.

Não disse que os estudantes ficam lá, porque as propinas são baixas; disse que «também» é um dos contributos para que se possam manter no sistema, desviando outros alunos. Disse «também», não disse que era o único! Provavelmente, haverá outros e posso dizer-lhe, por exemplo, que as taxas de insucesso, neste momento, no ensino superior, são elevadíssimas, ou seja, saem do sistema entre 40% a 50% dos alunos que era de esperar. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque temos uma carga curricular que é uma das maiores da Europa — há alunos que chegam a ter um horário semanal de quarenta horas! E está hoje demonstrado através de diversos estudos, sobretudo um da autoria do Professor Lloyd Braga, que é aí que reside uma das causas do insucesso no ensino superior. Só que também não esquecemos, Sr. Deputado, que muitas vezes há questões de qualidade no ensino superior, em relação às quais, por respeito pela lei da autonomia, o Governo não pode nem deve intervir; pode, sim, dialogar! É isso o que estamos a fazer e o que fizemos, há pouco tempo, com o Conselho de Reitores e o Conselho de Coordenadores Politécnicos.

A Sr.^a Deputada Julieta Sampaio cai no mesmo comentário, na mesma observação. Sr.^a Deputada, também estou de acordo com o que disse sobre a qualidade no ensino superior. Aliás, seriei — e respondo também ao Deputado Jaime Gama — um conjunto de medidas e disse que, articuladas entre si, deveriam constituir a melhoria da qualidade do ensino superior. É nessas medidas ...

A Sr.^a Ana Maria Bettencourt (PS): — Quais?

O Orador: — Estão contidas no meu discurso, Sr.^a Deputada. São sete ou oito. Temos de acreditar, temos de ter fé! Já perdeu a fé, Sr.^a Deputada?!

A Sr.^a Ana Maria Bettencourt (PS): — É isso mesmo!

O Orador: — Sr.^a Deputada, temos de articular as medidas que se referem à qualidade do ensino, mas não vamos misturar a questão das propinas com a acção social e com as outras.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Porquê?

O Orador: — Já lhe respondo, Sr. Deputado Jaime Gama. Sr. Deputado António Filipe, eu não falo em custo real, porque não há custo real! E na base de determinação das propinas não pode falar-se em custo real. Basta ler com atenção a fórmula de cálculo, para estar muito longe de qualquer custo real.

O Sr. António Filipe (PCP): — Em correlação com o custo real!

O Orador: — Nem em correlação, Sr. Deputado!

O Sr. António Filipe (PCP): — Está escrito na proposta de lei, Sr. Ministro! É o verbo «correlacionar» que é empregue!

O Orador: — Provavelmente, o Sr. Deputado desconhece a fórmula de determinação de financiamento às universidades. Portanto, aconselhava-o a ler melhor.

O Sr. Deputado citou alguns países europeus. Citou, por exemplo, o Luxemburgo, mas sabe, certamente, que no Luxemburgo não há universidades ... Portanto, não podem ter propinas!...

O Sr. António Filipe (PCP): — Citei a Alemanha e a Grécia.

O Orador: — Citou outros, e esqueceu-se de citar oito ou nove países da Comunidade que têm propinas. Aconselhava-o a informar-se sobre as propinas das universidades da Grã-Bretanha, da Irlanda, da Holanda e até da Espanha. Talvez fique surpreendido se lhe disser que ficamos muito longe, neste aspecto, por exemplo, do país que está ao nosso lado, a Espanha. E mais, aí, as propinas são para todos, não há isenções!

A Sr.^a Ana Maria Bettencourt (PS): — Mas há bolsas!

O Orador: — Sr. Deputado Manuel Queiró, relativamente ao regime de isenções, o que se passa é que está a ser discutido, simultaneamente, com a questão da acção social escolar. E aí, sim, deve haver bolsas ou fórmulas de estímulo, quer para a promoção da qualidade quer para a

promoção do mérito. É noutro quadro. Por isso, é que, inicialmente, eu disse que separava a questão conjuntural da questão de fundo, que é a promoção do sucesso e a promoção do mérito.

Relativamente a outra questão que me colocou — e ainda bem que colocou —, desminto categoricamente que alguma negociação ou acordo esteja a desenvolver-se seja com quem for.

A convocação segue sempre para todos os estudantes. As reuniões fazem-se no Ministério da Educação ou, então, desloco-me, como já me desloquei para dialogar com os estudantes fora de Lisboa. Fiz-lo também em Lisboa, fora da cidade, e desminto que haja qualquer negociação que não seja feita com todos ao mesmo tempo. Se há alguém que não aparece não tenho culpa disso, mas são todos convocados e não faço acordos debaixo da mesa.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Devo dizer-lhe que não gosto da palavra negociação ou acordo, porque o que deve ser feito é o diálogo com os estudantes, na busca de melhores soluções para as propostas que eles nos apresentam. Depois, há-de ser o que for. Mas, com todos, não vou diferenciar ninguém!

O Sr. Narana Colssoró (CDS): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Colssoró (CDS): — Sr. Ministro, hoje, ao meio dia, uma emissora — e não digo qual foi, para não fazer publicidade — deu uma notícia, dizendo que contactou o Ministério para perguntar o que é que havia sobre as negociações secretas, dos bastidores, a que o Ministério disse: «Não confirme nem desminto!»

Sr. Ministro, quando o Ministério diz que não confirma nem desmente é porque alguma coisa está para esconder, senão dizia aquilo que V. Ex.^a aqui disse.

O Orador: — Ó Sr. Deputado, vai desculpar-me, mas deve haver outro ministério e outro ministro em Portugal, que desconheço.

Sr. Deputado, houve uma primeira reunião, no dia 18 de Maio, sobre a acção social escolar e, amanhã, às 15 horas e 30 minutos, haverá uma outra reunião no Ministério, com todas as associações, com o Conselho de Reitores e com o Conselho de Coordenadores Politécnicos e com o presidente do CASE, para discutirmos a acção social escolar. Se se refere a essa reunião como «secretaria», tenho de esclarecer-lhe de que ela é pública. Foram todos convocados. Ou, então, já não sei o que é secreto em Portugal!...

O Sr. Deputado Jaime Gama pergunta-me porquê as propinas e não um conjunto de medidas.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Ministro.

O Orador: — Término já, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Jaime Gama — e respondo também ao Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins —, como disse há pouco, temos uma filosofia ligeiramente diferente do tal livro que foi produzido. Entendemos que o sistema não vai ser financiado, no seu todo ou em parte, através das propinas. Por isso, quisemos dizer que o que daqui advém reverte,

como extra, para a acção social escolar. Ao mesmo tempo, estamos a discutir a acção social escolar para ser encarada na sua forma global, que o Governo assume que terá de financiar. Portanto, é um extra complementar.

O sistema de isenções também foi pensado. E, como existe outros países, consiste em pagar e, depois, ser devolvido através da bolsa. Mas também fizemos alguns cálculos: os custos operacionais, em termos de funcionários, levaria aquilo que se passa hoje na acção social, isto é, af, as bolsas seriam para os funcionários e não para os estudantes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, gostaria de dizer-lhe que tudo isto será conjugado com o sistema de acção social, que será revisto em breve e dará resposta a algumas das questões que aqui colocou.

Sr. Deputado Jaime Gama, eu não apresento facturas! Em democracia, apresentam-se medidas, apresentam-se políticas e depois é-se julgado pelo eleitor!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Vamos ao fundo das questões.

Para quê tanta urgência? Passámos 50 anos com um mesmo sistema de propinas do ensino superior. Somos os primeiros a considerar que a situação é insqua e que tem de ser objecto de revisão. Todavia, a iniquidade não vem apenas do valor das propinas, vem fundamentalmente da falta de apoios sociais, da ausência de instrumentos fiscais justos e das indefinições quanto ao financiamento das universidades e do ensino superior e quanto à articulação entre objectivos do desenvolvimento nacional e as perspectivas evolutivas do sistema educativo.

Sejamos, pois, gradualistas e exigentes.

O problema que aqui nos traz não é de cozinha ou de intendência mas, sim, o de olharmos corajosamente o futuro do ensino superior em Portugal, que o mesmo é dizer o futuro de Portugal e dos Portugueses. Afinal, se descurarmos a preparação dos nossos quadros, dos nossos técnicos ou dos nossos cientistas, estaremos a comprometer a nossa própria identidade e os nossos valores. Do mesmo modo que, se descurarmos a igualdade de oportunidades, estaremos a fechar as portas da universidade e do ensino superior aos mais capazes por motivos económicos e sociais. E o certo é que este fechar de portas não tem apenas a ver com as propinas mas com condições concretas de desenvolvimento do ensino superior e da acção social escolar.

Julgamos, deste modo, ser prioritária, sim, a apresentação pelo Governo de um programa para o desenvolvimento do ensino superior. Esta é a nossa alternativa. Trata-se de apostar, de forma clara e inequívoca, para uma maior exigência, para uma maior adaptação às necessidades de modernização do País e para a necessidade de objectivos do ensino superior numa política de desenvolvimento económico-social. O desafio europeu, ao lado da crescente internacionalização da vida económica, obriga a que preparamos os nossos técnicos, os nossos investigadores, os nossos profissionais — numa palavra, os nossos cidadãos — para a concorrência num campo que terá de ser o da qualidade.

A estratégia nacional de desenvolvimento não atingirá os seus objectivos se não curarmos da prioridade educativa, como prioridade das prioridades, e se não a integrarmos num esforço comum de mobilização de energias e de valorização das nossas próprias vantagens comparativas. E essa mobilização de energias exige equidade e justiça social, a fim de que um ensino dignificado esteja ao alcance de todos e a escolha dos melhores valores resulte de uma substancial igualdade de oportunidades. Daí a nossa insistência na integração do tema das propinas num conjunto mais vasto e necessário de medidas para o desenvolvimento do ensino superior.

E quais são essas medidas?

Antes de mais, há que criar condições para a eliminação a prazo do *numerus clausus*, envolvendo o aperfeiçoamento da oferta do ensino superior ou médio, a visibilidade pelos candidatos dessa oferta, a promoção do crescimento das taxas de frequência, quer na formação inicial, quer na educação de segunda oportunidade. E aqui, não haja dúvidas, o esforço nacional terá de ser intenso e exigente, porventura sem resultados espectaculares de curíssimo prazo, mas com consequências fundamentais para o futuro da economia e da sociedade. E temos de ter a coragem de evitar a política do espectáculo!

Para que à eficiência se junte a equidade, há que construir, deste modo, um sistema efectivo de acção social escolar, com particular relevo para as bolsas e sistemas complementares de apoio que assegurem não só o acesso ao ensino superior mas também a criação de condições adequadas para a sua frequência.

Mecanismos inovadores de crédito bonificado e a longo prazo para os estudantes de qualquer estabelecimento de ensino superior devem também ser referidos, do mesmo modo que a aplicação de um conjunto de medidas de reforma fiscal, na linha das propostas que vimos defendendo, se torna indispensável. Há que proteger os agregados familiares no que toca ao IRS, o que não acontece presentemente, e se dúvidas houvesse afi está o tratamento incompreensivelmente penalizador para as despesas com a educação.

Mas há ainda a necessidade de um programa plurianual de investimentos que, para além da expansão do sistema, contemple a necessidade de recuperação de instalações e equipamentos degradados, a melhoria das condições de trabalho, os incentivos à modernização pedagógica e a indispensabilidade de adequar a qualidade do ensino ministrado às necessidades do País e às exigências da livre circulação de pessoas e serviços numa Europa em mudança.

Naturalmente, não podemos esquecer: a mobilidade de docentes e o intercâmbio interuniversitário; o incentivo ao exercício de carreiras da docência universitária; a criação de instrumentos rigorosos de avaliação; a prevenção de práticas contraproducentes e escandalosas de acumulação de funções docentes, em prejuízo do funcionamento adequado das instituições e da afirmação dos professores nos domínios científico e pedagógico, de modo a optimizar, a racionalizar, o funcionamento das instituições e a melhorar o seu desenvolvimento qualitativo.

Referimos já a necessidade da avaliação do sistema de ensino superior. Trata-se de um tema de incontestável importância para o qual têm de ser dados passos decisivos, tema que envolve a divulgação pública dos critérios, dos contratos de desenvolvimento celebrados e dos estudos de viabilização já existentes ou em vias de realização.

É tempo de tornar claro qual o ensino que temos, no que ele tem de positivo e no que tem de negativo. Se não houver avaliação rigorosa, tudo tenderá a confundir-se e a crítica

ao que está mal tenderá a invadir e a desmotivar o que está são ou aquilo que possui potencialidades para melhorar em benefício de todos. O negativismo é, muitas vezes, resultado do desconhecimento e da falta de informação.

Falta um estudo rigoroso sobre a caracterização social e económica dos candidatos ao ensino superior e dos estudantes. Não basta invocarmos com palavras a igualdade de oportunidades e a justiça distributiva, quando não sabemos exactamente a quem elas se aplicam e em que condições concretas. E o certo é que não estamos, no caso da educação, perante bens ou serviços mercantis, estamos, sim, perante realidades de natureza especial e complexa, relativamente às quais temos de considerar a incidência nas gerações futuras e em vários momentos.

Por isso, o estudante não pode ser visto como um mero cliente do sistema, mas como um protagonista, uma pessoa que recebe e dá, que comprehende e que transmite, que participa e que frui.

A revisão das propinas não pode constituir, deste modo, uma vulgar alteração de taxas mas, sim, a modificação das condições de acesso a um serviço público de natureza especial, relativamente ao qual a justiça distributiva não pode ser considerada em termos puramente aritméticos. Estamos numa esfera de justiça onde pessoas e razões, valores e qualidades pesam decisivamente.

Daí a nossa insistência para que a revisão das propinas seja o corolário de um conjunto de medidas e ações que procurem assegurar substancialmente a igualdade de oportunidades. Há que evitar o erro de lançar medidas quando ainda não se sabe o que vão ser a acção social escolar e o sistema de financiamento das escolas.

E o certo é que, se partirmos, como partimos, da ideia de justiça distributiva e da necessidade de rever o actual sistema de propinas, interpretando com flexibilidade e realismo — e não esquecendo-o — o artigo 74.º, n.º 3, alínea e), da Constituição, temos de afirmar que a revisão do sistema de propinas deve ter um carácter gradual e faseado no tempo; deve abranger significativas condições de isenção, tendo em conta o baixo rendimento médio das famílias portuguesas; deve envolver uma relação de correspondência entre o valor a pagar, o rendimento familiar e o número de filhos, através da personalização e da protecção à família nos termos constitucionais, o que exige uma total reformulação do sistema de deduções, não restrito no caso das despesas com educação, tal como, aliás, temos vindo a defender e como ficou claro na discussão da Lei do Orçamento, o Governo fez ouvidos de mercador às nossas propostas.

O relatório preliminar do *Livro Branco sobre o Financiamento Público do Sistema de Ensino Superior* parece ter sido esquecido. E, Sr. Ministro, a questão fundamental é que a conclusão básica desse documento, independentemente das questões práticas que referiu, tem a ver com a articulação dos três pontos fundamentais: financiamento do sistema do ensino superior, propinas e acção social escolar.

O Governo quer ter, rapidamente, um meio para aplicar as novas propinas o mais depressa possível. Por isso vem aqui, à pressa, com um texto que não pôde obter consensos, que é contestado por quase todos e que consagra soluções técnicas muito deficientes. A aprovação, à pressa, deste diploma é um mau serviço prestado ao ensino superior, aos estudantes e ao País.

Aplausos do PS.

Dir-se-á que a nossa proposta é perfeccionista e que o óptimo é inimigo do bom. Não é verdade! Queremos equidade e eficiência, mas queremos que essa mesma equidade

e eficiência se completem com a igualdade de oportunidades, para que essa não seja uma palavra vã. A iniquidade actual não vem só do valor das propinas, vem também do resto! Para quê, pois, tanta urgência? Cuidado com a navegação à vista que agora o Governo parece praticar! Mais tarde ou mais cedo, teremos as consequências!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins, queria começar por fazer-lhe um aceno de simpatia, reconhecendo que V. Ex.º, neste momento, está numa posição tão difícil quanto a do seu colega de bancada Almeida Santos, quando teve de defender aqui o referendo, pois também tem de defender aqui um projecto de resolução, que, aliás, não subscreveu, o que aumenta a nossa perplexidade quanto à posição do Partido Socialista nesta questão, que é uma posição de invulgares contradições.

Em 6 de Junho de 1990 — não foi há tanto tempo assim, foi há dois anos! —, pela voz do Sr. Deputado António Barreto, logo seguido de um «Muito bem!» vigoroso do Sr. Deputado António Guterres, dizia a bancada do PS, interpelando o governo do PSD, que o Governo revela «uma clamorosa passividade no capítulo da reforma da universidade» e, mais à frente, perguntava: «Será necessário dar exemplos desta abstenção? A questão das propinas continua por resolver, talvez por falta de coragem!»

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Estão sempre a repetir o mesmo!

O Orador: — Não! Nunca é demais repetir, Sr.ª Deputada Julieta Sampaio.

O Orador: — Hoje, o projecto de resolução do Partido Socialista, que não é bem um projecto de resolução, como o Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins com rigor intelectual não deixará de admitir, pois, em bom rigor, isto é um requerimento de adiamento de debate travestido de projecto de resolução, termina dizendo que o PS reconhece que é justo que as famílias de maiores rendimentos participem no esforço para a educação dos seus filhos. Depois, vai até ao ponto de dizer que as receitas provindas desse aumento de propinas devem ser afectadas, com prioridade, para a correção das injustiças sociais e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins, julgo que há uma grande diferença em relação a essas duas posturas. E não é na questão de fundo, pois, quer em 1990 quer em 1992, percebe-se que o PS é a favor do aumento das propinas. Aliás, pelo pedido de esclarecimento notável que o Sr. Deputado Jaime Gama fez ainda há pouco, ao Sr. Ministro da Educação, compreendeu-se isso, pois o Sr. Deputado preferia que todos pagassem propinas e que a acção social escolar se exercesse através de bolsas de estudos.

Era uma solução intelectualmente suscetível de ser defendida por todos nós, embora tivesse o inconveniente, que o Sr. Ministro não deixou de salientar, de ter custos de estrutura mais caros.

Mas não deixa de ser notório aquilo que o PS queria: ir até mais longe do que o Governo e que todos pagassem propinas.

Há, portanto, aqui uma questão apenas de ritmo, Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins: é que em 1990, há dois anos, o PS não só estava de acordo como achava que era prioritário, mas, hoje, entende que se deve adiar; em 1990 tinha pressa, hoje tem vagar; em 1990 era prioridade, hoje é consequência de outras reformas.

Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins, responda-nos a duas questões precisas: primeira, como é que justifica esta alteração substantiva da posição do Partido Socialista relativamente a esta matéria?; segunda, como é que explica que o Partido Socialista, que é o maior partido da oposição, no momento em que o Governo traz à Câmara a alteração do regime de propinas do ensino superior, em vez de apresentar uma proposta alternativa para esse regime, aparece-nos com este texto, intitulado projecto de resolução, que diz que esta questão, que há dois anos era prioritária, deve, hoje, ser adiada.

(O orador reviu.)

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins, como há mais um pedido de esclarecimento, pergunto-lhe se pretende responder agora ou no fim.

O Sr. Guilherme Oliveira Martins (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins, começo por agradecer a citação que foi feita por V. Ex.º de uma intervenção minha. E, justamente relacionados com essa citação, gostaria de pedir alguns esclarecimentos sobre a proposta de resolução que apresentou e que, julgo, deve merecer a maior atenção da Câmara.

Tenho acompanhado, com muito interesse, a acção do Ministério da Educação, até por obrigação profissional, mas tenho dedicado um interesse talvez maior à intervenção do actual Ministro da Educação, justamente pela intimidade que ele tem com os problemas da juventude, e tenho uma certa dificuldade em aceitar que o problema das propinas seja o problema prioritário.

Julgo que, na filosofia geral, talvez não fosse a melhor pauta para começar, e vou justamente tentar explicar qual é a minha dificuldade em relação à proposta de resolução que acaba de apresentar, em nome do Partido Socialista.

Imagino que um dos problemas básicos e essenciais que temos de enfrentar, antes desse problema das propinas, é o de saber que concepção de universidade é que temos na Constituição e nas leis. Ora, a concepção de universidade que temos na Constituição actual é uma concepção republicana que caminha para a gratuidade, presta serviço à sociedade. Esta é a concepção que está vigente e que foi aceite na Constituição.

Simplesmente, receio que, como este problema do ensino tem sido sempre objecto de intervenções muito ocasionais, estejamos num domínio em que caminhamos, mais uma vez, em direcção ao triunfo do barroco. E porquê? Porque as dificuldades que o sistema encontrou para responder à

demandas foram enfrentadas com o ensino privado. Mas o ensino privado que temos resulta da oferta em função da procura do mercado. A conceção do ensino privado que está em vigor é empresarial ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e a conceção empresarial é custo real. Isto é o que está a acontecer.

Por outro lado, temos também o ensino não oficial, que corresponde à liberdade de ensinar, que é a Universidade Católica, e essa conceção já não é nem empresarial, nem republicana, é a defesa livre de uma conceção de vida, legítima de acordo com a Constituição, e a frequência não deve derivar de dificuldades da oferta e da procura no ensino oficial mas, sim, da adopção de matrizes educacionais que preferem o ensino católico.

Ora, nós vamos a caminho do barroco porque os remendos que vamos dando ao sistema são remendos lançados sem assumir uma filosofia de qual é a universidade que temos. O que é que o Estado quer ter? Uma universidade com a conceção republicana tradicional, em que produz bens sociais? Quer uma universidade empresarial? Quer reconduzir o ensino livre, realmente, ao direito de ensinar e não ao direito de se lançar no mercado do ensino em função dos custos reais, com os objectivos que são os das empresas? Então, os custos do ensino que vão ser distribuídos aos estudantes vão ser muito diferentes, porque, se a universidade é empresarial, temos de ir para o custo real; se a universidade não é empresarial, talvez possamos adoptar um sistema que é a filosofia de taxas — serviço *ut singuli* — mas não o custo real. Isso é assim!

Mas, por outro lado, se vamos para um sistema geral empresarial do Estado e privado, porquê o suporte orçamental às instituições de ensino privado? Então, essas ajudas ficam sem qualquer fundamento. Então, as ajudas não podem ser dadas aos estabelecimentos de ensino, mas terão de ser dadas directamente aos estudantes.

Aplausos do PS.

É por estas dúvidas, que julgo saber que o Sr. Ministro partilha — é muita audácia querer interpretar o seu pensamento! —, que não começámos pela melhor ponta. No orçamento geral das universidades o que vai representar a contribuição das propinas em relação ao programa de cárências que temos de enfrentar? Julgo que muito pouco.

Por outro lado, julgo que estamos, provavelmente, à volta de uma questão, que não é a principal, a fazer ferver paixões, incluindo as dos estudantes, que não vão facilitar se nós não encararmos as responsabilidades do essencial. E sabe, Sr. Ministro, quanto eu gostaria de poder ajudar a encontrar soluções para o essencial.

(*O orador reviu.*)

Aplausos do CDS e do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, começo por agradecer as palavras do Sr. Deputado Adriano Moreira e concordar com aquilo que ele acabou de dizer.

No que se refere ao Sr. Deputado Carlos Coelho, quero dizer-lhe que não esteve atento ao discurso que eu aqui fiz.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Estive, sim!

O Orador: — E não esteve atento — desculpe-me que lhe diga! — pela simples razão de que nós não entrámos aqui em contradições, pois dissemos claramente o seguinte: há uma questão, que é a da acção social escolar, que está por resolver; há uma questão, que é a do financiamento do sistema do ensino superior, que está por resolver, e começou-se, da pior maneira, isto é, pelas propinas.

Aplausos do PS.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Há dois anos diziam o contrário! Diziam que a questão das propinas é que era a essencial!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, nos termos regimentais, vamos proceder à votação do projecto de deliberação n.º 26/VI — Realização de um debate sobre «as grandes linhas da reforma da política agrícola comum (PAC)» (PSD), debate esse que é agendado para o próximo dia 4 de Junho, pelas 15 horas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos, mas, como tenho de reunir-me com os presidentes das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, de Defesa Nacional, de Economia, Finanças e Plano e de Assuntos Europeus, peço-lhes para se dirigirem ao meu Gabinete, juntamente com o Sr. Secretário João Salgado.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No discurso do Sr. Ministro só se falou de qualidade... Estranhamente para defender uma proposta que só fala de números.

«O meu negócio é números!» É de facto esta a legenda que tem caracterizado a política do Governo.

Os interesses da sociedade, os interesses dos cidadãos, os direitos constitucionais têm um único entendimento: dá dinheiro, é bom; não dá dinheiro, não presta.

A cultura, a ciência, a educação, por mais que se lhes louve a importância, a formação humanística, não conseguem escapar a este critério de bronze. Não estaremos longe do dia em que as escolas e as universidades terão cotação na bolsa e os alunos sejam considerados ao nível das acções, que não das obrigações.

Diz-se que o Sr. Ministro Couto dos Santos vai fazer passar aquilo que o desejado Diamantino Durão não conseguiu.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Srs. Deputados, peço que respeitem a intervenção do Sr. Deputado que está no uso da palavra. Se desejam conversar, peço-lhes que se ausentem do Hemiciclo; se quiserem assistir à sessão, façam-no com silêncio.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu repito, diz-se que o Sr. Ministro Couto dos Santos vai fazer passar aquilo que o desejitado Diamantino Durão não conseguiu.

O cinismo desta asserção, tida como reconhecimento de alto valor, é evidente. A política mantém-se. O jeito para a fazer passar é que terá crescido.

A razão dos protestos dos estudantes mantém-se quanto ao sistema de ensino em geral, quanto ao acesso e condições do ensino superior, quanto à qualidade, eficácia e transparência da acção social escolar.

Qual a resposta do Governo? Fazer dinheiro à custa dos estudantes.

Protestos do PSD.

A argumentação do Governo: há 50 anos que não são actualizadas as propinas, esquecendo-se que se coloca ao mesmo nível de quem mandava nessa altura.

O slogan do Governo: justiça e solidariedade, pois os pobres não podem andar a pagar aos ricos.

Consequências da política do Governo: discriminação dentro de um serviço público constitucionalmente vocacionado para ser universal e gratuito; aumento da selectividade já exarcebada pelas condições económicas e sociais no País a que PGAs, actuais bolsas e actual acção social escolar não conseguem responder, antes têm agravado.

A autonomia universitária, que devia ser assegurada por financiamento adequado que libertasse a escola para a sua vocação pedagógica e científica, passará a traduzir-se, no bom estilo privado, na procura de meios à custa dos alunos.

A relação professor/aluno deixará de ser uma relação humanizada de mútua cooperação para servir a sociedade com base num investimento intensivo no que ela tem de melhor e de futuro — a sua juventude — para passar a reger-se pela lei da oferta e da procura ou, como disse alguém, transformar-se num «binómio menos romântico mas bem mais realista e comercial».

À partida, os alunos são marcados pelas declarações de rendimentos ou pedidos de estudo. Haverá os que estendem a mão toda, ou só 60 % ou apenas 30 %. E haverá os outros, os que detêm o brasão da pós-modernidade, com cifrões no lugar das armas: os livres, os que não precisam, os filhos de quem faz o País de sucesso do Prof. Cavaco Silva, vocacionados naturalmente também eles para o sucesso!...

Finalmente, a proposta de lei do Governo não esquece as inevitáveis punições por violação, por negligência ou por tentativa. Perfeito!

A escola pública assim nunca será um lugar de convocação da harmonia, do entendimento, da disponibilidade para o estudo, para a criatividade, para a investigação, para a procura do conhecimento, para a formação humanística como quadro fundamental da preparação técnica e da garantia de que os meios humanos do País não sejam esmagados pela tecnocracia.

Onde um investimento público para um serviço público? Onde a democracia do ensino?

O Estado corta os subsídios à escola pública que deve de investir no social e prodigaliza-os ao ensino privado que investe no lucro.

O Governo, Sr. Ministro, sabe muito bem onde poderá ir buscar aos ricos o dinheiro que tanto diz preocupá-lo: é com impostos altamente progressivos. Mas não o faz, na real medida em que a verdadeira justiça social o imporia. Prefere que eles paguem as propinas.

Eles também!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A questão fundamental que se nos coloca, ao abordar a revisão do sistema de propinas no ensino superior público, é a seguinte: o sistema proposto dá melhor concretização aos valores da comunidade nacional, consagrados na Constituição, que o sistema vigente ou não?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Surpreendeu-me ver alguns Srs. Deputados confundirem ou porem ao mesmo nível questões de princípios fundamentais e de valores e questões contabilísticas. É óbvio que as primeiras devem ter precedência.

Há que começar por saber se a comunidade deve ou não respeitar e promover valores comuns em todas as circunstâncias. A resposta variará conforme a cidade seja concebida como uma comunidade de pessoas ou como uma arena em que cada indivíduo procura apenas o seu bem privado.

Pode o Estado funcionar como um mercado, ser compatível com um individualismo extremo e com o agnosticismo perante os valores, como querem os neoliberais?

Podem as várias actividades sociais não ser regidas por uma hierarquia de valores comuns, como quer Hayek?

O retraimento de muitos perante os valores e o fim último da actividade política — a promoção da pessoa humana, da sua dignidade, dos seus direitos, do seu bem-estar, «de todos os homens e do homem todo», para utilizar uma expressão já habitual, consagrada pela doutrina social da Igreja — surge da sobrevalorização da eficácia, que é estimulada pelos tecnocratas porque é a sua única força. Por isso chamam exclusivamente a atenção para os meios necessários, nomeadamente os meios financeiros e orçamentais.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Da confluência da ideologia neoliberal com a prática tecnocrática resulta uma tendência para o individualismo, para o subjectivismo dos valores, para o pluralismo entendido como agnosticismo e neutralidade que não pode ter a nossa adesão.

Por um lado, e uma vez que o homem não se consegue realizar apenas na sua dimensão individual, não é possível dispensar a vigência de valores colectivos da comunidade enquanto tal.

Por outro lado, o poder político não é, nem pode ser, um simples árbitro neutral que assegura as regras mínimas de convivência entre os mais diversos valores, finalidades e projectos individuais de vida.

Na verdade, a comunidade política é portadora de valores próprios que transcendem os valores de cada um. Por isso, o poder político tem de assumir os valores colectivos, em qualquer comunidade que pretenda subsistir enquanto comunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A visão neoliberal ou tecnocrática do pluralismo, que aqui já hoje aflorou, como indiferença

perante os fins e os valores comunitários leva a que estes fiquem na sombra. Não é esta, evidente e felizmente, a perspectiva da nossa Constituição.

Ela acolheu os valores da comunidade nacional, bem como o objectivo último de toda a actividade política: o respeito e a promoção da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos, fundamento da República nos termos do artigo 1.º

Desse mesmo artigo resultam os valores fundamentais: a liberdade, a justiça e a solidariedade, a que se juntam a igualdade de direitos e de oportunidades e outros valores que têm a ver com a identidade nacional.

Esta disposição, a nosso ver, tem prioridade sobre todas as outras, que à sua luz devem ser interpretadas. Aliás, o artigo 74.º concretiza estes valores no que respeita ao ensino:

1 — Todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2 — O ensino deve contribuir para superação de desigualdades económicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade.

No que diz respeito à solidariedade, seja-me permitido avançar desde já que toda e qualquer pessoa tem responsabilidades para com os que têm menos meios materiais ou intelectuais e que se exprime também por uma solidariedade a nível pessoal.

Com Bernard Kouchner e Edgar Morin, que julgo serem insuspeitos para algumas bancadas da oposição,...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Possivelmente são!

O Orador: — ... há que afirmar claramente que nenhuma sociedade pode avançar, desenvolver-se, se não progredir na solidariedade a todos os níveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A primeira exigência que se coloca a qualquer sistema educativo é a da igualdade de oportunidades. Para que exista, as disparidades de origem social ou regional têm de ser compensadas por forma a não impedirem o acesso a todos os níveis de ensino.

Ora, a verdade é que, apesar do enorme esforço de investimento que a comunidade nacional tem realizado, por forma crescente, na educação, bem expresso nos números já aqui referidos, se verificam ainda distorções no acesso ao ensino superior, como se pode comprovar com a simples consulta à origem social e regional dos candidatos ao ensino superior que não reflecte proporcionalmente a realidade nacional.

E, se tivéssemos números, concluímos por certo que ao nível dos licenciados, ou dos que em geral concluem os cursos, ainda reflectiam menos. Daí que a situação exija a mudança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perante esta situação, tentei compreender a posição dos que rejeitam a alteração do sistema de propinas e encontrar as suas motivações. Não vou colocar entre elas — sosseguem! — o desejo de mera popularidade fácil ou de aproveitar o descontentamento de alguns com fins partidários. Se for isso que motiva alguns, digo-lhes que não

é forma de ganhar credibilidade política e de construir alternativas de poder.

Aplausos do PSD.

Na base dessa posição, poderão estar fundamentalmente: em primeiro lugar, a postura de cariz individualista a que já me referi ou, em alternativa, uma confusão entre igualdade de oportunidades e igualitarismo, ou seja, um conjunto de condicionalismos quantitativos iguais, com nivelamento de talentos, de vontades e de diversidades individuais.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Parece que se julga que, como todos pagam o mesmo, todos têm as mesmas oportunidades. Ora, como todos concordam, o sistema actual é discriminatório e introduz uma grave discriminação negativa, como se afirma muito bem na exposição de motivos da proposta de lei.

Admito que seja necessário, na especialidade, prever as disparidades regionais e tê-las em conta por forma adequada, bem como os mecanismos de acção social devem ter em conta a situação especial dos estudantes deslocados das suas residências, os quais, eles ou as suas famílias, suportam pesados encargos adicionais. Este é um ponto em que estamos, penso, todos de acordo.

A posição dos que rejeitam a proposta pode basear-se, ainda que por forma não assumida, numa pseudo-ideologia tecnocrática que sobrevaloriza os meios financeiros e que julga que a melhoria da qualidade depende só de uma maior afectação — eu diria mais: de uma constante e cada vez maior afectação — de receitas no Orçamento. Mas isto, a meu ver, não é política, isto é gestão.

E é o choque insolúvel de duas tecnocracias que leva forças políticas a pedir ao mesmo tempo redução da carga fiscal e maiores despesas com a educação, com a saúde, etc., etc., como vimos no debate do último Orçamento do Estado.

Finalmente, a referida atitude pode ser baseada numa concepção ultrapassadíssima do Estado-providência, que deveria pagar tudo ou quase tudo sozinho, em especial ser o único agente redistribuidor. Como se o Estado pudesse ser solidário se a sociedade o não fosse!...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Michel Rocard, por certo, insuspeito para alguns, nas Assises internacionais de 1989, sobre as novas solidariedades afirmou:

Só do empenhamento de todos pode resultar o êxito. Que são as novas solidariedades, que até aqui nos têm faltado, se não a ultrapassagem do Estado-providência sozinho e a afirmação pela sociedade inteira de uma ética de solidariedade e de fraternidade renovada e aprofundada?

Já há muitos anos, aliás, Pierre Rosanvallon, julgo que também insuspeito, sublinhava os limites e a crise do Estado-providência. A progressão da carga fiscal não poria só em risco a competitividade das empresas e o próprio dinamismo da economia. Ele chega a dizer:

Se as despesas em determinados sectores, por exemplo da saúde ou educação, tivessem continuado a crescer a este ritmo, em breve absorveriam todo o rendimento nacional.

A crise do Estado-providência é, além disso, social e cultural e o seu sintoma é a fragmentação da sociedade em interesses corporativos ...

Já em 1981 ele proponha: «É preciso religar a solidariedade à sociedade» — é claro, hoje ninguém discute isso. «É claro que o Estado terá o papel central para pôr de pé as estruturas das solidariedades. Mas os grandes sistemas nacionais devem ser concebidos como o suporte de uma solidariedade de base que deve ser alargada e completada através de outros sistemas complementares, mais descentralizados ou de acções levadas a cabo por relações sociais concretas.»

Ora, se a exclusão pode começar, e começa muitas vezes, diria quase sempre, na escola, é nela que tem de começar a solidariedade, como se disse unanimemente nas referidas *Assises de 1989*.

A nossa Constituição considera que educar é ajudar a aprender a ser. A solidariedade não se aprende nas aulas teóricas. Não pode ser um encargo único do Estado-redistribuidor, tem que ser vivida e praticada desde a escola.

Há, portanto, que compatibilizar o esforço de solidariedade geral, nacional, que resulta do sistema fiscal progressivo com a solidariedade específica e vivencial, nomeadamente no ensino superior.

Em nossa opinião, na generalidade, entendemos que o sistema proposto é expressão dos valores da justiça social, solidariedade e igualdade de oportunidades. Mas é evidente que estes valores não se esgotam, nem nunca se poderiam esgotar nele.

Com efeito, pagariam doravante propinas os alunos de rendimentos familiares mais elevados, beneficiando aqueles cujos rendimentos familiares sejam inferiores à média de isenção total do pagamento de propinas e outros pagariam valores intermédios.

No que diz respeito à solidariedade, o pagamento, sendo prioritariamente afectado à acção social escolar, estimula a solidariedade entre estudantes e permite melhorar, exactamente, a cobertura daquilo que os Srs. Deputados pediram: as bolsas, as residências, etc., etc.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à igualdade de oportunidades, até hoje muito reduzida, será promovida progressivamente por uma discriminação positiva correctora das disparidades sociais e regionais preexistentes. O objectivo claro e reafirmado peremptoriamente é o de que todos os estudantes com capacidades intelectuais e formação adequada disponham de mecanismos que lhes garantam condições económicas que assegurem a igualdade de oportunidades no acesso e frequência do ensino superior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como o Sr. Ministro tem afirmado, e nós aqui estaremos para lhe recordar, nenhum estudante poderá ficar impedido de prosseguir os seus estudos por falta de ajudas.

Por isso, o apoio social dependerá das condições económicas do agregado familiar, do montante a suportar pelo estudante e do seu aproveitamento. Esse apoio poderá ser conjugado com bolsas/empréstimo de juro bonificado, sendo a bonificação concedida em função da situação económica, social e regional do estudante.

As instituições de ensino superior particular e cooperativo deverão assegurar também a acção social e o apoio pedagógico aos seus estudantes e aqui também o Estado — para sossegar o Sr. Deputado Adriano Moreira, que, aliás, sabe o que penso sobre a matéria — tem de intervir para ajudar, não as instituições, mas os estudantes por forma a evitar as discriminações que hoje se verificam.

Perante tudo isto, sou de opinião que boa parte das críticas, sobretudo dos estudantes, cujas preocupações iniciais devem merecer toda a nossa compreensão, se poderão esvanecer perante o texto da proposta e, ainda mais, perante o texto da proposta melhorado na especialidade.

Para começar, por que não se trata, ao contrário do que têm dito, de um aumento de propinas, mas sim de um sistema novo, em que haverá, numa percentagem muito significativa, diminuição ou eliminação total das propinas actuais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A seguir por, ao contrário do que aqui se tem dito, não se tratar de um novo imposto. Constituindo o pagamento receita própria dos estabelecimentos e sendo afectada em prioridade à acção social escolar, apesar da sua progressividade, não se enquadra na definição de imposto e é algo, antes, que tem mais a ver com os esquemas complementares de segurança social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que de modo algum se vai parar o funcionamento das instituições de ensino superior, muito menos o investimento para o seu desenvolvimento, que continuará a ser suportado pelo PIDDAC. Mas não se esqueçam que só o primeiro custa, em média, 500 contos por ano e por aluno à Comunidade.

Mas há mais: esta solicitação de uma participação, embora reduzida, nos custos da acção social escolar pode ser entendida como uma resposta ao enorme esforço que a comunidade nacional tem realizado nos últimos anos e tem de continuar a realizar.

Em quatro anos quase triplicaram as verbas orçamentais provenientes dos impostos pagos por todos os portugueses para o ensino superior. Ignorar isto é injusto e não sei se os Srs. Deputados que o ignoraram não estão a cometer uma injustiça para com, nada mais, nada menos, o conjunto dos contribuintes nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vejo esta proposta como uma resposta à solidariedade nacional. Não se pode reivindicar a solidariedade nacional para os outros, se não for praticada por todos.

Já agora, avanço um pouco mais: a meu ver, o novo sistema — é um argumento que ainda ninguém invocou — dá mais autoridade aos estudantes para exigirem melhor acção social escolar e, em geral, melhor ensino.

Avanço ainda um pouco mais: o PS apresentou um projecto de resolução em que reconhece ser justo que as famílias de maiores rendimentos participem no esforço para a educação dos seus filhos. Não esquecemos que já o Sr. Deputado António Barreto aqui o afirmou há anos. Era o que faltava o PS não reconhecer isso!

Os princípios que propõe — a gradualidade, o faseamento no tempo, as largas condições de isenção, a relação de cor-

respondência entre o valor das propinas e o rendimento familiar — estão assegurados. No entanto, quer fazer depender a revisão do sistema de propinas de alguns projectos, alguns dos quais estão em estudo pelo Governo, e de um aumento da qualidade do ensino e da acção social.

É claro que todos queremos ver melhorada a qualidade, que é uma prioridade para todos, e todos queremos um sistema de avaliação do ensino superior. Como se sabe, o anterior governo apresentou um projecto nessa matéria, que até foi submetido a parecer do Conselho Nacional de Educação. E sabemos que este governo vai reformular esse projecto.

O aumento da qualidade é exigido também pelos princípios e valores que enunciiei. Só que, ao contrário do que parecem julgar, não se trata de duas questões encadeadas mas de duas questões paralelas com origem nos mesmos valores.

Para já, a questão da qualidade — ao contrário do que parece resultar de uma frase do projecto apresentado pelo PS — não se resolve com a afectação de mais recursos. Responder a questões qualitativas com respostas quantitativas é incompleto, para não dizer incorrecto.

Por outro lado, a qualidade tem de ser melhorada, com ou sem novo sistema de propinas, sendo, logicamente, absurdo colocar uma na dependência da outra. A avaliação da qualidade é indispensável, mas não pode ter directamente a ver com esta questão.

Invoca-se, por vezes, o que se faz num ou outro país da Europa, ao sabor das conveniências. Como já hoje aqui vimos, também, só se invocam os artigos da Constituição que convêm. Já aqui ouvi referir os casos dos países onde não se verifica o pagamento de propinas, mas não os dos outros. O nosso sistema fica a meio caminho: uns pagam, outros não.

Em conclusão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que é uma contradição insustentável querer ter uma visão moderna, exigir a qualidade e responder com o imobilismo.

É insustentável dizer que é justo que alguns paguem, mas adiar a reforma do sistema das propinas invocando argumentos que, logicamente, não podem paralisar a consagração de valores. Será que o valor da justiça pode ser adiado? O valor da solidariedade pode ser adiado?

Como também é insustentável utilizar argumentos tecnicráticos para travar a consagração de modelos complementares de solidariedade, ignorando as consequências que daí resultam e a evolução do pensamento, mesmo nas famílias socialistas europeias, como aqui demonstrei.

Não basta a ética da convicção, que todos nós temos. Há a ética da responsabilidade, que exige a atenção às consequências dos actos praticados ou não praticados.

É claro que em sede de especialidade — isso é óbvio e acontece sempre com toda e qualquer proposta — a proposta do Governo pode ser melhorada. O que não é possível é manter o imobilismo, esquecendo que o sistema actual não assegura os valores constitucionais fundamentais: justiça, igualdade de oportunidades e solidariedade.

Como demonstrei, o sistema proposto é um primeiro passo, mas, apesar de tudo, um passo no sentido da sua consagração.

(*O orador reviu.*)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sistema de propinas que o Governo propõe para o ensino superior público não pode, em boa verdade, ser considerado um sistema de taxas.

Taxas são um preço parcial ou total que cada utente paga por um serviço, com isenções a título excepcional a corresponder a situações particulares. Um sistema como o proposto, que, ao contrário, expressamente recusa cobrar um valor igual a todos independentemente da sua situação económica e em que a regra é a isenção ou a redução do pagamento de acordo com os níveis de rendimento, tem outra lógica bem diferente: a lógica da justiça distributiva, própria dos sistemas fiscais. O que o Governo hoje aqui nos propõe é, por isso, algo que deve ser encarado como um imposto encoberto.

Essa perspectiva deve implicar duas consequências, ambas decorrentes do princípio, incontornável, de que ninguém deve ser obrigado a pagar duas vezes um mesmo serviço por via fiscal. Por um lado, tratando-se de facto de um imposto, os montantes despendidos devem ser abatidos em sede de IRS, não no rendimento colectável mas no rendimento efectivamente colectado. Por outro lado, o desinvestimento público nas universidades, que elas têm já para o ano e que está indesmentivelmente ligado a esta proposta, deve ser acompanhado da concomitante descida nos impostos, que só o Governo tem competência para avaliar.

Não sendo realista esperar que este governo adopte qualquer destas medidas, conjuntamente ou em alternativa, o CDS não deixará de insistir na adopção da combinação, ainda que parcial, destas duas disposições, sem as quais o sistema proposto resulta em óbvia injustiça fiscal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS, embora não concordando globalmente com a proposta, não deixa de ver nela alguns aspectos positivos.

É um facto que as propinas universitárias não são actualizadas desde o Decreto-Lei n.º 31.658, de Novembro de 1941, apesar de nessa altura se ter apontado a necessidade de regulares e progressivas actualizações.

É também uma verdade que os mais altos graus do sistema público de ensino são necessariamente frequentados por uma porção não maioritária da população jovem e que são, naturalmente, de sustentação mais onerosa.

É, portanto, legítimo exigir aos alunos do ensino superior uma comparticipação nos seus custos, uma vez que os benefícios pessoais são também um dos resultados da sua frequência. Poderia até argumentar-se que essa legitimidade aumentaria pelo facto de nem todos poderem frequentar o ensino superior, sendo os que chegam a fazê-lo, por isso, objecto de um benefício relativo adicional. Mas a circunstância de ser o Estado a limitar o acesso ao ensino superior inibe-o de tomar em conta esse facto para pedir comparticipações aos estudantes.

É também positivo que o Governo tenha aceitado assumir os custos políticos da medida, em vez de continuar a invocar a autonomia das universidades para as forçar ao aumento das propinas por via da asfixia financeira. Não é que se possa falar de coragem por parte do Governo, uma vez que aquela desresponsabilização foi insistentemente tentada e só abandonada em face da resistência do Conselho de Reitores. Registamos, em todo o caso, que esta evolução acabou por seguir a via que tinha de seguir, isto é, foi entendida como uma questão política e assumida por quem obteve um mandato maioritário. As maiorias eleitorais implicam a responsabilidade por medidas por vezes politicamente onerosas e até este governo foi forçado a aceitar isso mesmo.

Não é por o Governo ter automática e imediatamente acompanhado a proposta de um discurso justificativo mais demagógico do que seria justificável (embora fosse de esperar) que o CDS deixa de manifestar a sua concordância de fundo com uma evolução no sentido da actualização das propinas, apesar de não ser exigível às oposições que se coligem com os governos para efeitos de partilha dos custos políticos.

Expressa desta forma a nossa posição sobre a questão de fundo que está por detrás de toda esta questão, cumpre examinar em concreto a proposta tal como é apresentada, sobre a qual algumas conclusões negativas é forçoso retirar.

Salientamos, em primeiro lugar, o facto de ela ser, na prática, equiparável a um imposto e não ser acompanhada das imperativas compensações fiscais, quer para os alunos, quer para os contribuintes, questão que consideramos suficientemente grave para a colocarmos como prévia.

Não pode deixar de ser notado, em segundo lugar, o facto de este novo sistema de propinas comportar um regime de isenções e reduções exclusivamente dependente do rendimento familiar, sendo excluídos como elementos a considerar o aproveitamento dos alunos, como se à comunidade deixasse de interessar que sigam cursos superiores os que realmente valem e podem ser úteis ao País, e o número de dependentes do agregado familiar que simultaneamente frequentem este grau de ensino, como se ao Estado deixasse de interessar a protecção à família, contida no nosso direito constitucional.

Finalmente, nem com toda a boa vontade pode este debate ocorrer sem que se aponte a flagrante oposição entre o sistema proposto e a filosofia e a letra da Constituição sobre as responsabilidades do Estado em matéria de ensino superior. Manda a honestidade reconhecer que a incumbência constitucional do Estado de fazer progredir todos os graus de ensino para a gratuitidade não é compatível com esta proposta.

Em sede de revisão constitucional, o CDS está pronto a aprovar uma alteração neste ponto, no que ao ensino superior diz respeito, porque a prática vai demonstrando que a formulação actual conduz a injustiças sociais. Há, contudo, que ter a coragem de não facilitar nas alturas próprias, para depois não nos vermos diante de propostas inconstitucionais.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitas outras matérias respeitantes ao ensino superior podem aqui ser trazidas a propósito desta proposta, como, em particular, a que toca ao estado em que se encontram a acção social e o apoio pedagógico aos estudantes, as questões mais gerais relativas ao financiamento das escolas superiores e a falta de cumprimento das obrigações que o Estado livremente assumiu para com os jovens que pretendem ter acesso ao ensino superior e não o conseguem. Cabe lembrar, a este respeito, o projecto de cheque de ensino apresentado pelo CDS e que a maioria nunca aprovou ou aproveitou.

Mas o CDS não precisa de globalizar a questão para não votar favoravelmente. As razões anteriormente expostas inibem-nos de um voto a favor. Não precisamos de álibis. O CDS adopta esta posição consciente de que a proposta em debate coloca um problema de equidade e que esse problema existe.

O Governo enuncia um problema real, mas não lhe encontra uma boa solução; pelo contrário, levanta até novas injustiças. Deve estar o Governo, por sua vez, consciente de que um dos resultados práticos da aplicação destas me-

didas vai ser a transformação dos alunos em agentes mais exigentes para com o funcionamento do sistema de ensino e menos complacentes para com as suas mais do que sabidas insuficiências.

Uma quantidade de novos problemas exigirá doravante novas respostas. Que o Governo as encontre, bem melhores do que esta, é o que o CDS sinceramente deseja.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por cumprimentar o Sr. Ministro Couto dos Santos, que pela primeira vez se apresenta no Parlamento na qualidade de Ministro da Educação.

A argumentação expendida pelo Governo para justificar a sua proposta é engenhosa, porque invoca razões de justiça distributiva, o que não deixa de ter a sua eficácia do ponto de vista social, mas, apesar disso, é discutível. Porquê?

A alínea e) do artigo 74.º da Constituição impõe ao Estado o dever de «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino». Ora, a medida em apreço contraria objectivamente esta lógica de tendencial gratuitidade do ensino. Dir-se-á que não, porque o que se pretendeu foi apenas e só a actualização de uma taxa velha de mais de 50 anos e que, se tal actualização fosse feita em rigor contabilístico-financeiro, os valores agora fixados seriam significativamente superiores. Dentro deste raciocínio meramente comercial, parece assistir razão aos promotores desta iniciativa. Parece, porque acontece que não a têm.

Em primeiro lugar, e invocando o mesmo argumento da justiça distributiva, afigura-se-nos profundamente injusto que seja esta geração a carregar com a responsabilidade de pagar os juros de mora de uma medida que, segundo o Governo, já deveria ter sido adoptada há muito tempo.

Em segundo lugar, a progressiva gratuitidade do ensino assenta numa concepção diversa daquela que parece estar subjacente à actual proposta. É que ela parece assentar na ideia segundo a qual o ensino superior é ainda, em Portugal, um luxo sumptuário dos progenitores, quando, bem pelo contrário, e segundo o PSN, tal ensino é um investimento necessário da própria colectividade, porque se destina a garantir a sua auto-repoção e a sua auto-affirmação. É uma necessidade vital que gera a obrigatoriedade. O ensino superior é, pois, um radical direito de cidadania, pertença inalienável do seu próprio titular, isto é, do estudante, facto que obriga a aliar o carácter da gratuitidade ao da sua universalidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece subsistir a dúvida levantada acerca da contravenção material à disposição constitucional da gratuitidade tendencial do ensino, incluindo o superior.

Contrariarão os valores agora fixados tal disposição? Considera o meu partido que sim.

É que a actualização pretendida ditada por critérios de justiça distributiva não pode ser tomada, como o faz o Governo, como um valor em si. Se uma tal actualização tivesse sido preconizada antes de 1989, sobretudo antes da entrada em vigor da chamada reforma fiscal, ela seria justificável. Agora é apenas justificável em parte e não pelas razões apontadas pelo Governo.

Vejamos.

As receitas de que o Estado dispõe para o exercício das suas responsabilidades constitucionais provêm da participação tributária de cada cidadão, ou seja, dos impostos.

O sistema fiscal que o Governo pôs em vigor é suposto ser o instrumento contributivo único e proporcional do cidadão para as tarefas da colectividade, incluindo, naturalmente, o ensino. Por outras palavras, ao pagar os seus impostos cada família está virtualmente a pagar o ensino dos seus filhos.

Com esta proposta, o instrumento contributivo deixa de ser único e abre-se o precedente daquilo a que poderíamos chamar uma perigosa casuística fiscal, ainda por cima envolta em tocantes argumentos de justiça que já deveriam estar solucionados pelo próprio sistema fiscal único.

Como diz o Prof. Agostinho da Silva, «as diferenças entre o aluno pobre e o aluno rico ou remediado não se pagam com a esmola de uma bolsa de estudo: suprimem-se com um sistema de impostos em que paguem os que muito recebem por e para os que pouco têm. Não é nas secretarias das escolas que o problema se resolve: é nas finanças».

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Sr. Deputado, queira concluir, uma vez que esgotou o tempo.

O Orador: — Bom, vou acabar.

Actualizar as propinas para aumentar as disponibilidades financeiras das universidades, sem lhes exigir previamente uma reconversão gestionária, é o mesmo que pretender encher um depósito com um buraco no fundo.

Esta proposta de lei enferma de uma perspectiva monista no que ao ensino superior se refere. Só uma abordagem prismática e multivectorial que enquadrre a universalidade do direito de aprender, o carácter gregário do ensino, a investigação académica, a justiça distributiva, a racionalidade da gestão, a relação universidades públicas/universidades privadas, a pluralidade do ensino, a autonomia académica, etc., só uma abordagem deste tipo, repito, poderá gerar soluções eficazes e duradouras.

A actualização proposta perfila-se, pois, como uma tentativa de suprimir injustiças a montante, isto é, no sistema tributário. Então, que se intente e consolide um sistema de impostos mais justo e equitativo.

Feito isto, não mais deverá haver lugar à onerações dos serviços que ao Estado cabe prestar.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O programa e manifesto eleitoral com que o PSD se apresentou a pedir o voto dos Portugueses era vasto em promessas, também para o ensino superior: era o aumento de vagas, era a avaliação do sistema, era o reforço de autonomia.

Também o Programa de Governo que o PSD, ganhas às eleições, apresentou à Assembleia da República não era modesto em compromissos. Pois bem, nem uma dessas promessas foi cumprida é a única proposta de lei que o Governo apresentou, até à data, é para aumentar as propinas no ensino superior, que não constava, nem do manifesto eleitoral, nem do programa eleitoral, nem sequer do Programa do Governo.

Nem se comprehende, sendo esta uma medida — como diz o Governo — baseada em razões de justiça social, por que é que o PSD não tentou ganhar mais votos, prometendo-a durante a campanha eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta proposta do Governo para aumentar as propinas merece, pelo menos, 10 comentários.

Primeiro, é uma proposta que revela uma atitude prepotente e autoritária, de fazer passar por força da maioria aquilo que o Governo não consegue fazer aceitar pelo diálogo.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Não é admissível que uma proposta sobre uma matéria tão sensível possa ser aprovada, sem que o Conselho Nacional de Educação tenha tido a possibilidade de se pronunciar sobre ela e sem que sejam cumpridos os mecanismos legais de consulta estabelecidos na Lei das Associações de Estudantes.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — O quê?

O Orador: — Estranho conceito de diálogo o do Ministro Couto dos Santos que se arroga o direito de escolher a dedo os seus interlocutores e que, mesmo assim, aparece a reivindicar o consenso obtido quando os representantes estudantis lhe afirmam na cara, perante milhões de espectadores, a discordância absoluta em relação à sua proposta.

A Sr.ª Apolónia Teixeira (PCP): — Isto é que é democracia, hem?!

O Orador: — Como pode o Ministro Couto dos Santos reivindicar a aceitação do aumento de propinas depois de o referendo realizado na Academia de Coimbra ter revelado que 95 % dos estudantes se lhe opõem?

Segundo, a fundamentação desta proposta de lei é uma burla, quando confrontada com o conteúdo concreto.

O Governo diz que só estudantes com rendimentos familiares elevados irão pagar propinas, quando o que se verifica é que basta pertencer a uma família de três pessoas, em que duas delas tenham um rendimento mensal líquido de 78 000\$ mensais, para já pagar propinas, pagar taxas de inscrição e toda a panóplia de taxas que o Governo quer introduzir.

Terceiro, a proposta é brutal. Os aumentos que se propõem podem ir até ao absurdo.

O Sr. Virgílio Carneiro (PSD): — Absurdo é o que o senhor está a dizer!

O Orador: — De facto, o Governo passa a poder anualmente fixar livremente o montante mínimo das propinas e determinar quem paga e quem não paga.

Sendo o montante mínimo, que daqui a dois anos andará, pela proposta de lei, na ordem das centenas de contos, fixado pelo Governo, não há limites para o montante máximo que não sejam o bom senso dos reitores e dos presidentes dos politécnicos sobre quem recai o odioso de determinar o valor da factura, para além de outras funções mais ou menos policiais.

Na proposta de lei o montante das propinas pode ir até ao absurdo e, no caso dos estabelecimentos em regime de instalação, pode mesmo exceder em 50 % a média do absurdo.

É uma evidência que a tradução deste aumento das propinas em abandono do ensino superior e em abandono das esperanças de o frequentar não afectará os mais ricos mas, sim, aqueles que não sendo ricos não têm dinheiro para pagar as propinas que lhes exigem, acrescidas de todas as demais despesas que decorrem da frequência do ensino superior.

Quarto, a proposta é hipócrita quando se afirma correctora de injustiças. O Governo que oferece milhões de contos de bandeja à família Champallimaud, que atribui todas as facilidades e isenções ao grande capital, que agrava a carga fiscal sobre os baixos e médios rendimentos e que é directamente responsável pela acentuação das desigualdades na sociedade portuguesa, encontrou agora a solução para a injustiça social que é aumentar as propinas do ensino superior.

Quinto, a proposta é inconstitucional. O artigo 74.º da Constituição, confirmado em todas as revisões constitucionais, depois de estabelecer que todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, estabelece como incumbência do Estado «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino».

Então, como é possível conciliar a gratuitidade progressiva do ensino superior com esta proposta de lei? É óbvio que não é possível!

Vozes do PCP e do Deputado Independente Mário Tomé: — Muito bem!

O Orador: — Lamenta-se o Governo de que há 50 anos que não aumentam as propinas. Afinal o Governo, apesar de atribuir benesses aos servidores da ditadura, tem uma séria críica a fazer-lhe que é a de não ter aumentado as propinas. Tivessem Salazar ou Caetano aumentado as propinas na vigência da Constituição fascista de 1933 e já não seria preciso ser o Prof. Cavaco Silva a aumentá-las, violando a Constituição democrática de 1976!...

Sexto, a proposta é fraudulenta quando apresenta o baixo montante das propinas como responsável pela falta de eficácia, pela baixa qualidade do ensino ou pela falta de apoio social, como se, pelo facto de os estudantes passarem a pagar propinas no próximo ano, a qualidade e o sucesso aumentassem ou fosse corrigido o mísero sistema existente de apoio social.

Vozes do PCP e do Deputado Independente Mário Tomé: — Muito bem!

O Orador: — A qualidade do ensino, a eficiência e o apoio social degradam-se porque o Governo se recusa a investir no ensino superior e cria situações de autêntico estrangulamento dos estabelecimentos de ensino. Se o Governo reconhece que há medidas que têm de ser urgentemente tomadas a nível do ensino superior, por que razão é que as não propõe, como prometeu?

O Governo prometer, promete muito; agora, propostas concretas, a única que fez foi propor o aumento das propinas.

Sétimo, a proposta de lei é pura demagogia, ao afirmar que as receitas obtidas com o pagamento das propinas serão afectadas à prossecução de uma política de acção social e a acções que visem promover o sucesso educativo.

Como pode o Governo afirmar tal coisa, quando as propinas constituirão receitas próprias das instituições, sendo por isso geridas no quadro da respectiva autonomia? Ou será que o Governo quer encontrar mais desculpas para não investir no apoio social aos estudantes?

Oitavo, a proposta é persecutória. Para solicitar a isenção de propinas, é preciso apresentar uma declaração de honra, apresentar a declaração de IRS (que valor dará o Governo à sua própria honra?), outros documentos que sejam exigidos, preencher os questionários que as entidades fiscalizadoras entendam e sujeitar-se a que quaisquer ser-

viços e organismos públicos chamados a colaborar com a fiscalização interfiram nos respectivos processos.

Quase vale a pena perguntar se o facto de se requerer isenção de propinas equivale à indicação da prática de algum crime, tal a carga de suspeição que recai sobre os requerentes.

Talvez não seja caso para menos, se pensarmos que basta que por mera negligência seja omitido algum dado ou indicado algum elemento errado — o caso de alguém que incautamente tenha cometido algum lapso no preenchimento do boletim — para que sobre o infractor recaia um catálogo de sanções — coimas de 200 a 500 contos, anulação de matrícula, proibição de matrícula, exclusão por dois anos de qualquer instituição, privação de benefícios sociais —, e tudo por instrução e decisão de autoridades administrativas.

Nono, a proposta é retrógrada porque, a ser aprovada, representaria um histórico retrocesso na efectivação do direito ao ensino em Portugal, provocando uma elitização maior do ensino superior.

A concepção do Governo, apontando para a mercantilização dos saberes e da formação, a criação de um mercado de ensino regido pela lógica do lucro, a redução do direito à educação à categoria de despesa, em vez de ser considerado um investimento social, não aponta para nenhum avanço no sentido do aperfeiçoamento do sistema de ensino superior.

Será necessário recorrer a comparações com outros países da Comunidade Europeia, como a Alemanha, a Dinamarca ou o Luxemburgo, em que os salários médios são incomparavelmente superiores aos de Portugal e onde as propinas ou não existem ou têm valores simbólicos, para demonstrar a imensa injustiça que o Governo pretende cometer?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O comunicado do Partido Socialista, apresentado na Mesa sob a forma de projecto de resolução, merece apenas um breve comentário.

A Sr.º Julletta Sampaio (PS): — Então, qual é?

O Orador: — Para além de algumas generalidades óbvias acerca da situação actual do ensino superior, o que o projecto de resolução revela é que o PS, para além de discordâncias meramente circunstanciais ou de oportunidade, concorda, no essencial e em princípio, com a proposta de lei de aumentar brutalmente as propinas.

Este projecto de resolução do PS é o melhor brinde que um partido da oposição pode dar ao Governo e suscitará, certamente, os melhores agradecimentos do PSD.

Esta atitude não é no entanto inédita, vinda de um partido que tem uma já longa tradição de entendimentos com o PSD e que tem no seu *curriculum* a introdução do *numerus clausus*.

Podem o PS e o PSD entender-se também para aumentar as propinas que, pela nossa parte, manter-nos-emos firmes, ao lado dos estudantes, em defesa da justiça social, do direito ao ensino e contra o aumento das propinas.

Décimo e último comentário, a proposta de lei revela ainda uma concepção golpista do funcionamento das instituições. A pressa com que o Governo agendou esta matéria para debate é algo de inédito; a ocultação até à última da proposta concreta é algo que revela uma profunda má consciência.

Pensará o Governo que, passando de supetão a sua proposta, calará o protesto e a indignação contra esta injustiça? Engana-se! Esta proposta criará um contencioso que ainda está para nascer. O Governo, que não hesita em semear ventos, que se prepare para colher tempestades!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Srs. Deputados do PS, o facto de o Sr. Deputado António Filipe ter dito muitas verdades sobre o vosso projecto de resolução não é motivo para vos inquietar tanto!...

Com efeito, trata-se de um comunicado transformado em projecto de resolução — aliás, eu fui mais simpático e chamei-lhe requerimento de adiamento mas, pelos vistos, o PCP nestas coisas é mais radical!

O Sr. Deputado António Filipe é também mais radical no discurso. Assim, devo confessar-lhe que há muito tempo que não ouvia um Deputado do PCP subir à tribuna e usar termos como, por exemplo, «capitalistas», «Champlimaud», «regime fascista», que não deixam de ser pitorescos quando utilizados a desuso e a despropósito. De facto, estas expressões vinham rareando ultimamente no discurso da bancada do PCP.

Mas o problema não é esse; é que, para lá do facto de essa linguagem já estar um pouco fora de moda, o PCP cai em flagrante contradição com as últimas práticas que tem tido.

Srs. Deputados, começámos este debate tentando evidenciar a contradição do PS, que há dois anos dizia uma coisa e hoje diz outra, não relativamente ao fundo da questão mas, sim, quanto à oportunidade, ao ritmo, à sequência e à aceleração que deve ser dada a esta matéria.

Todavia, o PCP cai também numa flagrante contradição que resulta da circunstância de os senhores falarem a propósito e a despropósito da igualdade, de fazerem da igualdade uma bandeira e agora estarem a ter esta atitude. Nós também fazemos da igualdade uma bandeira, mas da igualdade de oportunidades, como já tivemos ocasião de referir num curto debate que tivemos há cerca de duas semanas sobre esta matéria.

Então, como é que o PCP, que faz da igualdade uma das bandeiras essenciais do seu discurso político, consegue falar contra a revisão do sistema de propinas, em que, manifestamente, como já ficou bem provado neste debate,...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não ficou nada!

O Orador: — ... as famílias pobres pagam o ensino dos ricos? Como é que o PCP consegue continuar a sustentar esta posição?

Aliás, também foi o Sr. Deputado que há quarenta e oito horas defendeu um projecto de lei do PCP acerca do apoio ao associativismo, projecto de lei esse que, nas palavras insuspeitas do Sr. Deputado Vera Jardim, fazia com que, se o Estado fosse a aplicar a vossa lei, se considerasse de interesse público a associação de proprietários da Quinta da Marinha ...

Essa tradição, que ficou de antecâmara, essa prática de o PCP apostar nos mais privilegiados, nas classes sócio-económica mente mais abastadas, pelos vistos, está a fazer doutrina na bancada do PCP. Aliás, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa deve roer-se com esta atitude nova da bancada do PCP.

Risos do PSD.

É a Quinta da Marinha antecontem!... Hoje são as famílias ricas a ter o ensino pago pelas pobres ... O Sr. Deputado António Filipe é esse o novo comunismo que o PCP quer oferecer-nos?

(O orador reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Deputado Carlos Coelho, é óbvio que o senhor está a brincar....

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Eu?!

O Orador: — ... porque sabe perfeitamente que as famílias ricas não estão nada preocupadas com este aumento de propinas; digamos que há um certo incomodo, pois não pagavam e vão passar a pagar.

Na verdade, quem está seriamente preocupado com este aumento de propinas são aquelas pessoas que sabem que, pela sua situação económica e tendo de vir a pagar aquilo que o Governo propõe e mais aquilo que poderá ser estabelecido para além dos mínimos que o Governo estabelece, não têm condições económicas para poder frequentar o ensino superior. Essas, sim, é que estão preocupadas, não são as famílias ricas!

Vozes do PSD: — Essas famílias não pagam, estão isentas!

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Começo a minha intervenção, dizendo que nunca me passaria pela cabeça que um debate desta natureza, na Assembleia da República, não merecesse a expressão pública da minha organização pela minha voz.

Assim, quero dizer ao Sr. Ministro da Educação que aprecio a coragem que manifestou, afirmando-se como um ministro que está do lado dos estudantes e enfrentando esta Câmara com uma proposta de lei relativa ao sistema de propinas que, naturalmente, não é uma medida simpática nem agradável mas necessária.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero deixar claro que não hesitamos em subscrever os princípios fundamentais da proposta de lei que nos é presente.

Em primeiro lugar, o cuidado com a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Na verdade, ao contrário daquilo que aqui tem sido dito, durante este debate, a nenhum estudante será vedado o acesso ao ensino superior por falta de recursos.

Em todo o caso, gostaríamos de, a seu tempo, saber se o Governo tem possibilidade de promover melhor o sucesso educativo na frequência do ensino superior, apesar de sabermos que o princípio é diferente. De facto, em primeiro lugar, é preciso assegurar a igualdade de oportunidades no acesso e depois assegurar condições que promovam o sucesso educativo no ensino superior.

Em segundo lugar, o facto de haver um escalonamento nas isenções — não tão abrupto como aquele que o Deputado Jaime Gama insinuou, pois o Governo propõe uma isenção total, de 60% e de 30% —, demonstra que o Governo tem um enorme cuidado em não deixar de fora de nenhum escalão aqueles que têm menos recursos ou menos possibilidades.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, esta proposta de lei vem ao encontro de uma exigência, feita por todas as academias do País, de que qualquer sistema de actualização de propinas se fizesse e executasse de forma progressiva.

Desta forma, é possível avaliar a boa fé do Governo. Na verdade, os estudantes terão toda a razão para desconfiar das boas intenções do Governo se durante estes três anos, em que o sistema irá evoluir, não houver, da parte do Governo, sinais claros e evidentes de corresponder às promessas eleitorais que fez e que o Ministro aqui trouxe no Programa do Governo.

No entanto, pela minha parte, não questiono, desde já, essa boa fé, pelo contrário, tenho a certeza de que, ao ter recebido os estudantes, o Governo não pode ter deixado de comprometer-se com medidas importantes que têm a ver com a reforma do ensino superior e não com o sistema de propinas.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Gostaria, pois, de referir algumas delas.

Em primeiro lugar, a avaliação das instituições do ensino superior, seja a científica ou a pedagógica.

A este propósito, tivemos conhecimento de que o Governo já solicitou a alguns professores que procedessem a estudos importantes sobre a qualidade do ensino nas universidades privadas. Em todo o caso, é preciso que se crie institucionalmente mecanismos permanentes por forma a podermos proceder a essa avaliação.

Relativamente ao estatuto da carreira docente, o Estado não pode ter duas caras, isto é, não pode aceitar que a indefinição deste estatuto lhe seja conveniente para poder oferecer muitos lugares nas universidades e, depois, ficar calado quando se trata de criar condições pedagógicas para o leccionamento dos cursos.

Estamos convencidos de que é urgente que o Governo apresente também à Assembleia um novo estatuto da carreira docente.

O mesmo se diga para a reforma curricular do ensino superior e para a preparação e transição para o ensino superior.

A JSD (Juventude Social-Democrata), aliás, apresentou hoje na Assembleia da República um projecto de lei sobre o acesso ao ensino superior, em relação ao qual espera puder vir a colher da parte do Governo bastante abertura, a suficiente para pensarmos que existe da parte do Executivo uma intenção de dialogar abertamente sobre esta questão.

Finalmente, não queremos iludir o debate que aqui hoje está a travar-se. As primeiras perguntas de esclarecimento que o Partido Socialista dirigiu ao Sr. Ministro da Educação foram no sentido de adiar o problema. Nem uma única pergunta foi colocada sobre a intenção ou o princípio político que a proposta de lei continha.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem! Essa é que é a questão!

O Orador: — E nós compreendemo-lo! A ambição legítima que o Partido Socialista tem de um dia poder vir a ser governo compromete-o de poder vir aqui dizer que não quer actualizar o sistema de propinas. Tem, portanto, de iludir a questão e de inventar questões prévias.

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Orador: — Nem sequer foi original! Foi preciso que, primeiro, os estudantes tivessem dito que havia outras questões que queriam discutir para que o Partido Socialista inventasse questões prévias.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Orador: — Foi preciso ouvir escassas vozes no Partido Socialista para perceber que ainda há alguns que não ficam manietados nem amarrados a esse compromisso.

Alguém perguntou de que maneira é que o Governo resolvia o problema do aumento da irresponsabilidade e da dependência dos jovens face ao sistema de propinas. É uma questão pertinente, mas que não tem de ser resolvida pela via das propinas.

Existe uma política de juventude que deve criar um apoio diferenciado para estes jovens. Com certeza que terá de ser prestado um apoio social para que a dependência não se acentue. Mas a questão fundamental é: «Estamos ou não convencidos de que é preciso ter um sistema de propinas?» Eu digo que sim! Sei que não é simpático, mas é responsável e é sério, acima de tudo!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Creio que foi o Deputado Jaime Gama que perguntou se o sistema de ensino, ao nível do ensino superior, era um bem de consumo ou um investimento social. Gostava de dizer o seguinte: um bem, é com certeza; um bem de consumo, não tão tanto, mas não deixa de representar também um investimento na formação pessoal de cada um.

Se tivermos de colocar estudantes no ensino superior apenas para que o Estado depois os venha a aproveitar em benefício próprio, sem admitir a responsabilidade e a liberdade de investir na sua própria formação e profissão, então estaríamos, isso sim, a levar uma teoria socializante ao absurdo no sentido de formarmos pessoas no ensino superior para suprir as carências do Estado.

Aceitamos que deve haver uma coabitacção entre a sociedade civil e aquilo que o Estado necessita de garantir e formar, e pensamos que a formação e o investimento pessoal que cada um faz na sua carreira profissional deve ter também a contrapartida financeira de, na medida dos seus rendimentos e das suas possibilidades, haver uma participação nos custos dessa formação. E, no fundo, é isso que esta proposta de lei sobre o sistema de propinas aqui vem trazer.

Quero terminar dizendo que algumas questões de menor da proposta de lei levantarão, com certeza, pertinentes dúvidas que o debate na especialidade poderá, por parte do Governo, aclarar.

Pela nossa parte, temos a certeza de que o que aqui discutimos hoje é o princípio político essencial que não pode trazer cobardia nem oportunismo. Na discussão principal exige-se que se diga se queremos ou não um sistema de propinas e se queremos ou não definir a sua filosofia. Nós concordamos com aquela que o Governo aqui trouxe!

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

Solicito-lhe que seja breve, tendo em conta o tempo de que dispõe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, aceito agora a amável oferta de um minuto que o Sr. Deputado Carlos Coelho fez há pouco, para fazer duas perguntas muito breves ao Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sim, sim, temos todo o prazer nisso. Tem dois minutos para o efeito!

O Orador: — Sr. Deputado, tenho comigo a documentação relativa ao último congresso da Juventude Social-Democrata, organização partidária a que V. Ex.^a preside.

Uma das moções sectoriais apresentadas pela Comissão Académica de Lisboa, que não sei se foi aprovada — mas V. Ex.^a o dirá —, pronuncia-se claramente contra o aumento das propinas.

Uma outra moção sectorial, também subscrita por V. Ex.^a, pronuncia-se claramente neste sentido: «Condena qualquer ideia de aproximar progressivamente as propinas do custo real do ensino.»

Ora, Sr. Deputado, na proposta de lei, e vou ler para ser rigoroso, diz-se a determinada altura do preâmbulo e isso tem correspondência no articulado:

Pretende-se deste modo estabelecer um sistema que correlacione o valor das propinas com a natureza e organização da instituição e os seus custos de funcionamento.

Portanto, gostaria de saber se a JSD está a pensar fazer um congresso extraordinário para alterar este inciso ou se se conforma; eventualmente, com a proposta do Governo, votando a favor, apesar de tudo, nomeadamente apesar das decisões do seu congresso.

Também gostaria de saber se a JSD se não impressiona com a posição que os estudantes têm vindo a exprimir, quase unanimemente por todo o país, de frontal repúdio ao aumento das propinas, sendo inclusivamente essa a posição tomada por destacados militantes da organização juvenil a que V. Ex.^a preside.

Neste sentido pergunto: a JSD não reconhece que a quase unanimidade dos estudantes universitários portugueses, portanto do ensino superior em Portugal, estão frontalmente contra esta proposta do Governo e não se capacita de que com as derrotas que tem vindo a sofrer recentemente no ensino superior, de que são exemplos muito significativos a da Associação Académica de Coimbra e mais recentemente a da Associação de Estudantes do Ensino Superior Técnico, onde as listas afectas à JSD ganhavam ininterruptamente desde 1979, estando cada vez mais perto do Governo, está cada vez mais longe dos jovens?

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, dá-me muita alegria saber que segue com atenção os congressos da JSD, bem como as moções que af se discutem. Quero, em qualquer caso, dizer-lhe que houve na sua pergunta uma pequena confusão.

Rejeitámos e rejeitamos que o sistema de propinas que venha a vigorar obrigue os estudantes a pagar um custo cada vez mais próximo do custo real do ensino superior. Pelo contrário, o que queremos é que a propina que venha a ser estabelecida esteja, naturalmente, correlacionada com os custos de funcionamento do ensino superior. Sabe porquê? Porque assim consegue-se estimular a boa gestão do ensino superior. De outra maneira, por intervenção do Governo ou por fixação da Assembleia, estaremos a estabelecer um custo de propina que não estaria correlacionado com o funcionamento da universidade e a criar uma forma de o Estado distorcer a realidade do ensino superior.

Porém, o que já não aceitámos, por exemplo, era que esta proposta de lei viesse dizer que os estudantes iriam pagar 80 % ou 100 %, por princípio desejável, do valor real dos custos. O que o Governo aqui vem trazer é a verdade importante de que o valor a estabelecer para essa propina deve estar correlacionado com a boa ou a má gestão das universidades.

Quanto ao facto de saber se não me preocupa a posição dos estudantes, devo dizer-lhe que o que me preocupa é que os estudantes e a sociedade portuguesa vejam na JSD uma organização demagógica e oportunista.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Seria, se calhar, agradável vir à Assembleia e não falar ...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Seria agradável fazer tudo o que os senhores fazem!

O Orador: — ... ou falar em meias tintas, mas preocupava-me, Sr. Deputado, que algum estudante venha amanhã acusar a JSD de não ser digna de poder representar as suas opiniões ou os seus interesses por ser uma organização oportunista ou demagógica.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Entristece-me que quadros da JSD possam não ser eleitos em associações de estudantes, mas esse é um julgamento que só cabe aos estudantes e que eu não faço aqui.

Aplausos do PSD.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É uma chapada de luva branca!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para nós não há direitos sem deveres e, neste caso concreto, o Governo, particularmente o Sr. Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, vem à Assembleia da República exigir que os estudantes cumpram os seus deveres sem que primeiro possam ver concretizados os seus direitos.

O Sr. Deputado Macário Correia subiu à tribuna e disse que temos de dar exemplos. O exemplo que o Prof. Cavaco Silva aqui vem dar é o dos discursos bonitos que encobrem práticas alheias.

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — Os exemplos praticam-se, não se proferem, nem em discursos nem em promessas, e tenho de felicitar o Sr. Ministro da Educação por ter vindo cumprir, na prática, melhor a incumbência de que o seu antecessor não foi capaz, em relação às propinas.

Reconheço, Sr. Ministro, que é mais hábil politicamente e que consegue, de facto, deslocar as questões essenciais para, indo ao acessório, iludir uma discussão essencial, como esta de direitos e deveres.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Srs. Deputados, o que está em causa é que nós queríamos que o Prof. Cavaco Silva enviasse a este Parlamento propostas que tivessem a ver com mais e melhor qualidade no ensino superior....

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... com mais lugares nas universidades e no ensino público, com mais e melhores bolsas, com mais e melhores cantinas, com mais e melhores refeições, com mais empréstimos e, sobretudo, com uma dignificação do ensino superior em Portugal.

Aplausos da Deputada do PS Julieta Sampaio.

Porém, o que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva aqui mandou fazer foi dizer: «Os estudantes que venham ainda pagar mais aquilo que não têm nos estabelecimentos de ensino público em Portugal.»

E quanto a isto quero dizer: tem o Primeiro-Ministro de ficar responsabilizado pela questão das propinas, porque não é o Governo mas ele quem toma esta iniciativa!

Basta mostrar-lhes declarações da presidente da Associação Académica de Lisboa que, não sendo militante comunista nem socialista, disse: «Não, Sr. Ministro, não aceitamos discutir qualquer aumento de propinas!»

Vozes do PSD: — Ah!...

O Orador: — Veja-se o referendo em Coimbra, onde os estudantes tinham três opções — «sim», «não, enquanto» e «não» — e onde redundante, num sufrágio que teve maior participação do que a própria eleição, disseram um redondo «não!» à questão das propinas.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — O que é que queria que dissessem?!

O Orador: — Srs. Deputados, tenham calma!

O Sr. Ministro veio aqui dizer que tem sentido falar em maioria privilegiada — os talis 5% —, mas quero dizer-lhe que V. Ex.^a não tem razão, porque o Governo de que o Sr. Ministro é membro e o partido a que pertence têm, já há 14 anos, a responsabilidade da área da educação neste país e não têm promovido a expansão do ensino superior público, nem aumentado o peso da educação no Orçamento do Estado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — O Sr. Deputado não viu o Orçamento do Estado dos últimos quatro anos?

O Orador: — ... E aos senhores, que gostam tanto de números, também quero dizer que a percentagem média de PNB nos países da Comunidade Económica Europeia afec-

tos à área da educação é de 2,8 %, enquanto que em Portugal é de 1,9 %.

Portanto, não venham com mais tretas e mais lérias, inventem os discursos que quiserem, digam aquilo que vos apraz dizer, e que está aqui escrito na intervenção do Sr. Ministro da Educação, construam belos discursos e belas palavras, mas a verdade é que os senhores, hoje, perante o País, ficam responsabilizados por não cumprir as vossas obrigações e vir exigir aos estudantes portugueses que cumpram as deles.

Neste caso, a JSD fica, mais uma vez, claramente ao lado do poder. Faz isso, não porque quer ser uma organização responsável, mas porque tem de ser bem «comportadinho», porque se assim não fizer perde os seus assessores, adjuntos e directores que estão nos gabinetes do Governo e no aparelho «laranja» que existe em Portugal, e é isso que está em causa.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer a defesa da consideração.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, fiquei particularmente chocado com o termo «tretas» que o Sr. Deputado utilizou, quando disse «não venham para aí com as vossas tretas».

Risos do PS e do PCP.

Os senhores não ficavam ofendidos se lhes dissessem que as vossas intervenções eram tretas? O meu sentido da dignidade e o da honra desta bancada ofendem-se com essa acusação!

Risos do PS e do PCP.

Sr. Deputado António José Seguro, vou tentar conter-me para não ter de lhe devolver na mesma moeda e dizer-lhe que, de facto, quem veio com tretas foi V. Ex.^a, quando fez, por exemplo, aquela comparação entre os países comunitários e Portugal. O Sr. Deputado António José Seguro, se quiser ser minimamente sério, e sei que é, de duas uma, ou vai ter de confessar que não viu os Orçamentos do Estado dos últimos cinco anos, ou então vai ter de reconhecer que, em valor absoluto e em valor relativo, a apostila na educação subiu, ou seja, que as percentagens do PNB e do PIB tiveram um crescimento sistemático, pelo menos, desde 1986....

O Sr. António Filipe (PCP): — E os buracos orçamentais também!

O Orador: — ... com ligeira estabilidade no ano de 1989.

O Sr. José Magalhães (PS): — E o buraco?!

O Orador: — Estou a falar de estabilidade, Sr. Deputado! É outra palavra que também vos faz muitos arrepios, mas é um valor que temos prezado para bem do País.

Sr. Deputado António José Seguro, é natural que haja algum excesso na sua intervenção, pois o Partido Socialista gastou quase todo o tempo e o Sr. Deputado ao ver chegar o fim do debate, disponde só de 2,8 minutos e que-

rendo, legitimamente, intervir, teve de dizer aquelas coisas. Nós desculpamos e até compreendemos que o secretário-geral da JS precise de fazer um «número» com maior atrevimento, mas, Sr. Deputado, uma coisa é um maior atrevimento, uma maior audácia na linguagem, uma maior irreverência, que até há bem pouco tempo era um património quase exclusivo da JSD, e outra coisa é aquilo que o Sr. Deputado fez e que não é legítima para dizer inverdades. Isso não lhe fica bem, não fica bem ao Deputado e cidadão António José Seguro, nem ao secretário-geral da Juventude Socialista.

É esta correção relativamente às inverdades que, em minha opinião, o Sr. Deputado devia fazer, para seu bem, da sua bancada e da Câmara.

(*O orador reviu.*)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, agradeço a maneira correcta como o Sr. Deputado fez a sua defesa da honra, pois utilizou essa figura regimental não por se sentir incomodado com as expressões «tretas» e «lérias», mas com a minha intervenção, que o levou, aliás, a fazer perguntas, nomeadamente em relação ao PNB.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — É óbvio!

O Orador: — Quero dizer-lhe também que, em meu entender, era normal que, ao longo destes últimos anos, se verificasse um acréscimo das verbas no orçamento da educação.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Era normal, porque o PSD está no Governo e sabemos que elas com o PS desceram sempre!

O Orador: — Sr. Deputado, não foi um ministro de um governo socialista que se demitiu e ficou amuado, porque não lhe atribuíram mais dinheiro para a área da educação. Foi o engenheiro Roberto Carneiro num governo do PSD.

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que esse acréscimo de verbas é normal, pois vieram dinheiros dos fundos estruturais que financiaram programas, como, por exemplo, o PRODEP, um programa específico para a educação do País.

Mas o que está em causa — e nesse aspecto quero dizer-lhe que um governo socialista teria agido de forma completamente diferente — tem a ver com os recursos gerados pela conjuntura favorável, do ponto de vista económico, que este governo tem tido e se, nós socialistas, teríamos dado maior prioridade e atenção às áreas sociais, particularmente à da educação. Devo dizer-lhe que teríamos!

Na verdade, se o Sr. Deputado Carlos Coelho for ler com atenção o discurso feito pelo Sr. Ministro da Educação,...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Li e ouvi!

O Orador: — ... verificará que ele fala em crescimento do ensino superior e não fala em desenvolvimento do ensino superior.

Protestos de alguns Deputados do PSD.

Perante isto, não posso deixar de dizer-lhe, Sr. Deputado Carlos Coelho, que, de facto, em matérias educativas, estamos ainda bem longe do que seria desejável e os senhores não se safam — e «safar» não é uma palavra minha, é do Sr. Primeiro-Ministro. E sabem porquê? Porque há 14 anos que têm a responsabilidade pela área da educação.

Vamos esperar pelo final do ano, mas, com mais ou menos buracos orçamentais, só lhe quero dizer que estimava muito — e esse é o centro do debate — que hoje o Ministro António Couto dos Santos e o governo do Prof. Cavaco Silva tivessem aqui apresentado propostas de reformulação na área da acção social escolar. Isso é que, em minha opinião, seria correcto, uma vez que eram os interesses dos estudantes que estavam em causa. Se os senhores assim tivessem procedido, naturalmente, mereciam a aprovação dos socialistas.

Mas os senhores fizeram o contrário. É normal, é o que separa um governo com preocupações liberais de um governo com preocupações sociais, como seria o governo do PS!

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, desde já me disponho a dividir o pouco tempo que tenho com o Sr. Deputado, se dele necessitar, para que possa responder-me.

Ouví-o com muita atenção e não posso deixar de dizer que lastimo bastante a sua intervenção por não ser séria, mas quero dar-lhe a oportunidade de se recenterar em relação ao debate, fazendo-lhe apenas uma simples pergunta muito objectiva: tem o Sr. Deputado uma opinião sobre um sistema de propinas? Gostaríamos de a ouvir!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, pretendia usar da palavra ao abrigo do direito de defesa da honra.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — O Sr. Deputado pode usar da palavra para dar esclarecimentos.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, pretendo usar da palavra nos termos em que a solicitei não por uma questão de habilidade regimental para ter mais tempo mas apenas porque considero que a minha honra foi atingida no pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Então tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, penso que, com menos cuidado, disse que a minha intervenção não tinha sido séria, mas o respeito e a amizade que tenho pelo cidadão Pedro Passos Coelho impedem-me de lhe responder na mesma medida.

Quero apenas dizer-lhe que a posição da Juventude Socialista sobre a discussão nesta Casa é clara. Disse no início da minha intervenção que para nós não há direitos sem deveres e, por isso, a questão essencial não pode ser iludida: o que está aqui em causa é que o Governo devia ter tido mais pressa, mais preocupação em apresentar nesta Câmara propostas legislativas no sentido de que a situação do ensino superior em Portugal pudesse melhorar e que, sobretudo, os estudantes tivessem melhores condições para poder estudar.

No entanto, aquilo que o Governo aqui fez foi precisamente o contrário, pois veio aqui dizer aos estudantes que tinham de pagar mais pelos serviços prestados. Ora, na opinião da Juventude Socialista e do Grupo Parlamentar do PS, esta situação é insustentável. Porque nos pormos do lado dos que precisam que o Governo cumpra as suas responsabilidades, neste caso, parecia-nos correcto que o Governo tivesse iniciado por aí.

Aliás, parecia-nos que teria sido interessante que, na primeira vez que o Sr. Ministro da Educação se apresenta à Assembleia da República, dois meses depois de empossado, este viesse para responder a uma das aspirações e direitos dos estudantes e não para lhes impor mais impostos e para lhes exigir que paguem as propinas.

Esta é a questão que nos divide e não a que o Sr. Deputado levantou.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra, para dar explicações, o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Deputado António José Seguro, no dia em que estiver interessado na discussão das acusações, que não se cansa de atribuir à JSD de uma forma meliflua e sempre sem que o debate af possa ser centrado, eu tenho todo o gosto em dizer porque é que a sua intervenção não é séria.

No entanto, desta vez digo-lhe que foi demagógica e já agora aproveito igualmente para dizer que da pergunta muito simples que lhe fiz só exigia ter a oportunidade de tirar uma de duas conclusões: ou a Juventude Socialista defende o sistema de propinas ou não defende. A resposta a esta questão era necessária, mas, creia Sr. Deputado, nunca a ouvi, nem neste debate, o que lastimo.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, está terminado o debate e a agenda de hoje. A sessão de amanhã é de perguntas ao Governo.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 5 minutos.

Rectificação ao n.º 56, de 29 de Maio de 1992

Na pág. 1726, última l., onde se lê «que é o Governo Português» deve ler-se «que é o povo português».

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Barradas Leitão.
António Maria Pereira.
Aristides Alves Teixeira.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lélis.
Fernando Cardoso Pereira.
Francisco Antunes da Silva.
Guilherme Rodrigues Silva.
João Carlos Duarte.
João de Oliveira Martins.
José Ângelo Correia.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Manuel Baptista Cardoso.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Vasco Francisco Miguel.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
António Poppe Lopes Cardoso.
Carlos Manuel Costa Candal.
José Apolinário Portada.
José Eduardo Cruz Jardim.
José Gameiro dos Santos.
José Rodrigues dos Penedos.
Luís Capoulas Santos.
Rogério Conceição Martins.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano da Silva Pinto.
António José da Mota Veiga.
Carlos Miguel de Oliveira.
Cipriano Rodrigues Martins.
José de Almeida Cesário.
Maria Margarida de Sousa.
Marília Dulce Pires Morgado.
Melchior Pereira Moreira.

Partido Socialista (PS):

José Rebelo dos Reis Lamego.
Rui Machado Ávila.

Partido Comunista Português (PCP):

João Gonçalves do Amaral.
Lino Marques de Carvalho.

A Divisão de REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



**PORTE
PAGO**

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 239\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)